

BPC Policy Brief

MAPI Monitors

**Os desafios sociais,
ambientais e econômicos
na pandemia: onde estamos
e para onde vamos?**



Sobre o BRICS Policy Center

O **BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC)**, think tank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas.

BRICS Policy Center

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ
Telefone: +55 21 2535-0447 / CEP: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

Equipe BPC

Diretora do IRI
Marta Fernández

Diretor do BRICS Policy Center
Paulo Esteves

Conselho Acadêmico
Paulo Esteves
Maria Elena Rodriguez
Luis Manuel Fernandes

Coordenadora Administrativa
Lia Frota e Lopes

Assistente Administrativa
Luana Freitas

Gerente de Projetos Internacionais
Thalyta Ferraz

Layout e Design
Flávia Trizotto

Sobre o MAPI

O Mestrado Profissional em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) é um programa de Pós-Graduação Stricto Sensu criado para capacitar os seus alunos para o exercício profissional na área de Relações Internacionais. O Mestrado Profissional diferencia-se do Mestrado Acadêmico, por sua ênfase no desenvolvimento de habilidades e competências que preparem os alunos para o mercado de trabalho. Seu currículo combina fundamentos conceituais e habilidades analíticas à prática profissional. O MAPI é um programa em tempo parcial, permitindo a inserção no mercado de trabalho de seus alunos. O corpo docente combina sólida excelência acadêmica à experiência e liderança no mercado profissional.

Equipe MAPI

Conselho Editorial/Coordenação MAPI
Andrea Hoffmann
Carlos Frederico Coelho
Paulo Esteves

Corpo Editorial Científico
Liz Cosmelli
Raissa Ferreira

Pareceristas
Ad hoc

BPC Policy Brief V.9 N.7
Dezembro/2020 - Janeiro/2021.
Rio de Janeiro. PUC. BRICS Policy Center
ISSN: 2318-1818
60p ; 29,7 cm
1. Covid-19; 2. Impactos sócioeconômicos;
3. Brasil

Apresentação

No início de 2020, a comunidade internacional se deparou com uma das crises sanitárias mais desafiadoras que já enfrentou: a pandemia da COVID-19. Ao assistir os impactos deste cenário, nas esferas econômica, política e social, faz-se necessário localizar os desafios presentes no nosso cotidiano, bem como contribuir para construção de cenários futuros. Ao olharmos o aumento de violência doméstica durante o isolamento; o colapso no sistema de saúde brasileiro; as incertezas sobre os impactos ambientais e da potencial retomada do crescimento econômico dos países no pós pandemia, notamos que o COVID19 salientou as desigualdades e as violações de Direitos Humanos iminentes ao redor do globo, mas, em especial, no nosso país – um dos mais desiguais do mundo. Diante disso, apresentamos a série Monitors do Mestrado Profissional de Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) do Instituto de Relações Internacionais (IRI): “Os desafios sociais, ambientais e econômicos na pandemia: onde estamos e para onde vamos?”. Reunimos alunas, alunos e egressos do MAPI para desenvolver análises de conjuntura que respondam os futuros cenários gerados pela maior crise sanitária mundial do século XXI.

Índice

Coronavírus e o Perigo Amarelo: uma breve análise sobre o discurso sinofóbico contemporâneo em meio à pandemia da Covid-19	5
Sobrevivendo às custas de quem? O impacto da COVID-19 no trabalho escravo contemporâneo.	13
Acesso à educação: novos contextos, antigas violações	18
A situação do saneamento básico no Brasil: perspectivas para a iniciativa privada e oportunidades na parceria Brasil-China	27
Covid-19 x população LGBTQ+: desigualdades e vulnerabilidades exacerbadas na pandemia	35
O espaço entre nós: pandemia, direitos humanos e a imagem internacional do Brasil	43
O Programa de Auxílio Emergencial: concepção, execução e impacto	50

Coronavírus e o Perigo Amarelo: uma breve análise sobre o discurso sinofóbico contemporâneo em meio à pandemia da Covid-19

Nina Bouqvar

Resumo

A pandemia do Coronavírus se instituiu como uma nova realidade contemporânea, gerando diversas dinâmicas sociais e transbordando mudanças para âmbitos não somente da saúde. Isso acaba por estimular, para uma parcela da população, a busca por algum culpado responsável pela conjuntura desfavorável. Tal discurso atribui o papel de algoz para a China e ao que é identificado como chinês, se utilizando de imaginários e preconceitos ocidentais pré-existentes aversos ao Oriente, como o chamado “perigo amarelo”, e atualizando-os para um melhor ajuste aos temores atuais. Discriminações sinofóbicas se propagam em variadas esferas sociais e por diversos agentes, desde políticos a manifestações de civis em redes sociais, intensificando a polarização das identidades Ocidente-Oriente e reanimando uma discriminação que se encontrava parcialmente letárgica até então.

1. Introdução

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o estado de pandemia pelo Covid-19. Tal estado de urgência, somado ao alto nível de proliferação e propagação da doença, submeteu os países e suas populações a se articularem e se organizarem de modo a procurar lidar com o número de contaminações e mortes do novo tipo de Coronavírus. Muitos se utilizaram, para tal, de medidas preventivas como isolamento social, quarentena e restrição ao comércio, o que gerou e gera múltiplas consequências diretas e indiretas com suas novas dinâmicas sociais e transbordando mudanças para âmbitos não apenas da saúde. Uma dessas decorrências também causada por tal “novidade” do ano de 2020 foi o ganho de força da retórica de culpabilização de parte da população e de políticos, isto é, a expressividade na busca por um algoz responsável pela situação. As acusações pela autoria, nessa perspectiva, se basearam na origem identificada da doença e onde teriam ocorrido as primeiras contaminações, recaindo, assim, sobre a China e sua população o papel de culpados pela nova conjuntura e os efeitos da mesma (BBC NEWS BRASIL, 2020).

Discursos polarizadores então se propagam em diversas esferas físicas e virtuais, reforçando dicotomias identitárias como “nós”/“eles” e “vítimas”/“culpados”. O que acaba por intensificar

expressões de hostilização e discriminação não só para com chineses (que seriam o principal alvo), mas transbordando e agregando para cidadãos e descendentes de outras nações do Leste Asiático, todos lidos e identificados como “orientais” e/ou “amarelos” (DE LIMA, 2020). É válido ressaltar que isso se deve pelo costumeiro agrupamento de tais etnias e origens em uma grande categoria abrangente e generalizante como “amarelos” (INOUE, 2017), o que, por vezes, dificulta a identificação isolada de expressões da sinofobia (ou o sentimento anti-China). Tais expressões se misturam e se somam aos já existentes discursos carregados de estereótipos e preconceitos racistas e anti-asiáticos, além de reforçar críticas pejorativas às práticas culturais, alimentícias e higiênicas orientais.

Desse modo, o texto apresentado se propõe a refletir sobre tal questão, entendendo e evidenciando como já existe um histórico de aversão ocidental para com a Ásia e, mais especificamente, a China, o que cria um cenário mais suscetível e propenso para a proliferação dos discursos anti-China e sinofóbicos atuais, agravados com e pelo o contexto Coronavírus. Não há pretensões, todavia, no presente estudo de limitar a análise a somente um discurso de algum determinado país e/ou linha política, mas sim de identificar como a rejeição e hostilização vêm se construindo, de modo geral, no cenário internacional e como está sendo utilizada por variados setores e vertentes políticos-ideológicas de diversas maneiras, desde os políticos tradicionais até expressões de hostilidade em redes sociais.

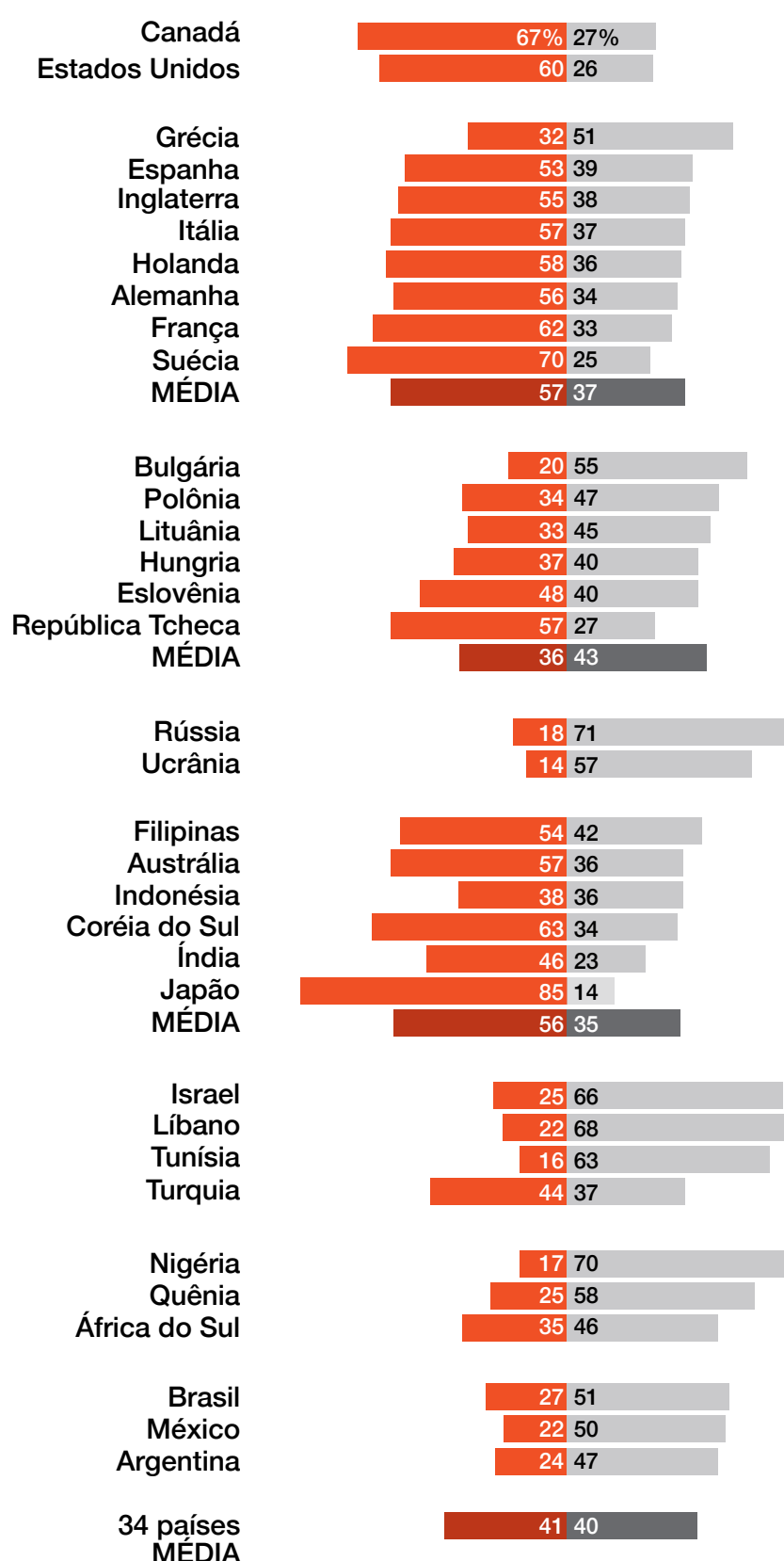
2. Um breve histórico sobre sinofobia

Embora contemporaneamente sejam perceptíveis a presença e a expressão de aversão à China tanto nas redes sociais, como em diversos discursos políticos vigentes (ALVIM, 2020), a ideia do “perigo amarelo” não é, contudo, recente. Antes mesmo da “ameaça comunista” (ou “perigo vermelho”) e da Segunda Guerra Mundial (1930-1945) do século XX, um histórico de dualidade contrastante entre Ocidente e Oriente (SAID, 1990) e do imperialismo do primeiro sobre o outro já era presente. Ao construir a identidade e o imaginário do “Outro” oriental de modo negativo, hostil e “não civilizado”, justifica-se e legitima-se as agressões contra esses, validando uma hierarquia que favorece a parte ocidental sobre a outra.

Nesse sentido, Chen (2012) identifica em seu texto os diferentes usos políticos da noção do “perigo amarelo” na história ocidental: desde o que se foi propagado negativamente no século XIX sobre as nações do Leste Asiático (especialmente a China) a fim das iniciativas colonizadores até a identificação e uso da ameaça chinesa pela questão do desenvolvimento da China como ator internacional cada vez mais proeminente no sistema global. É interessante destacar como certas noções são construídas e consolidadas conforme as interações e trocas sociais: ao longo da história conhecida ocidental, perdura-se um discurso por parte de sua hegemonia que antagoniza e estranha o Oriente, produzindo estereótipos e imaginários de suas identidades e culturas em um sentido negativo. Mesmo que por períodos a narrativa anti-Ocidente – ou, no caso, anti-China – se encontre em um estado similar à uma dormência e em obscuridade, sua manifestação é reanimada e atualizada de acordo com o padrão da época e o que estimula aversão ao senso comum nos momentos mais favoráveis ao seu desenvolvimento e propagação.

É válido, assim, associar que os discursos e posicionamentos culpabilizantes consequentes da conjuntura relacionada ao Covid-19 encontram possível respaldo na parcela da população mundial que já questionava e desconfiava, no período pré-pandemia, da China. Seu crescimento econômico e político como país no cenário global, além de sua ideologia divergente da democracia liberal e padrões ocidentais dividiam já a opinião internacional ainda no ano de 2019, como apresentadas nos dados da Tabela 1.

Tabela 1: A divisão nas opiniões internacionais sobre a China



Pode-se identificar, desse modo, a existência de um embate pela proeminência de narrativas e percepções do mundo e como é relatado sua história e possíveis heróis e vilões, assim como o que é passado como verdade e normalizado. Nesse sentido, o texto de Prazeres (2020) é pertinente de ser salientado, pois nele a autora releva a oposição e busca pela hegemonia na disputa por narrativas quanto à pandemia contemporânea, tanto pela parte ocidental – representada pelo ponto de vista estadunidense –, como pela parte oriental – com a perspectiva chinesa. É válido aqui reforçar que o Brasil se encontra alinhado a esse posicionamento ocidental, sofrendo influências e também agindo a partir de tal perspectiva a favor desse movimento.

Ademais, pode se especular também que o contexto pandêmico agrava tal percepção negativa, devido ao desconforto causado pelas práticas implementadas e/ou recomendadas por órgãos da saúde para a contenção do avanço da doença. Tal cenário instiga e provoca ponderações para muitos indivíduos sobre a razão da mudança abrupta de circunstâncias, muitas vezes motivando a procura por narrativas que apontem algum culpado e/ou bode expiatório, que seja responsabilizado e punido por suas ações, dada a clara inviabilidade de confronto direto e real com o vírus (o “verdadeiro culpado” pela nova dinâmica). Quanto a isso, textos como Alvim (2020) e de Lima (2020) apontam como o racismo e preconceito são popularizados e disseminados diante do medo e do desconhecido da doença e assim reacendendo a imaginário do “perigo chinês”.

3. O crescimento da discriminação em redes sociais e discursos político-ideológicos

Devido à adoção da quarentena e do isolamento social como principal meio para a prevenção e controle da propagação do Coronavírus (mesmo que haja lá a parcela da população que não cumpra tal prática), muito da expressividade do preconceito e hostilização tem sido feita via redes sociais. Estudos como Schild et al. (2020) e Ziems et al. (2020) evidenciam a emergência de discursos de ódio e sinofóbicos nas comunidades virtuais durante o surto da pandemia do Covid-19, reforçando o papel de culpa da disseminação aos chineses e condenando comportamentos culturais desses. Narrativas conspiratórias como, por exemplo, o vírus ser, na verdade, uma arma biológica, visando a um controle mundial chinês, ou da origem das primeiras contaminações ser via consumo de sopas de morcegos se alastraram na arena virtual (BBB NEWS BRASIL, 2020). Tal arena onde muitas vezes é difícil para seus usuários identificar informações reais ou falsas e é palco das infames fake news.

Em meio à tal disputa de narrativas e informações, as redes sociais também são meios pelos quais personalidades públicas expressam suas ideias. A rede social Twitter, também analisada nos estudos de Schild et al. (2020) e Ziems et al. (2020), é uma das principais fontes de contato entre o presidente estadunidense Donald Trump e seu público-alvo e foi nela onde o mesmo se referiu ao Covid-19 como “vírus chinês”, reforçando a associação do mesmo com a China (YAM, 2020). Amparado por tal demonstração de visão de mundo, o atual governo brasileiro, com discursos bastante alinhados aos posicionamentos estadunidenses, também reforçou e contribuiu com a culpabilização chinesa (FELLET, 2020).

Nesse sentido, uma postagem publicada na rede social pelo até então Ministro da Educação do governo brasileiro Abraham Weintraub evidencia ainda mais a expressividade de discursos anti-China e acusação de sua culpa pelo vírus. Posteriormente apagada devido sua repercussão, a postagem ridicularizava o estereótipo sobre o sotaque de chineses quando falam português e insinuava que a pandemia fortaleceria a China após a crise pandêmica. A publicação também se utilizou da imagem de uma capa do gibi da Turma da Mônica para criar um clima de “anedota” em seu discurso e traçar um paralelo degradante entre o modo de falar de um dos personagens e traços estereotipados chineses. Tal ação, contudo, acarretou na abertura de inquérito para apurar o suposto crime de racismo cometido pelo Ministro (FALCÃO; VIVAS; D’AGOSTINO, 2020). A postagem também gerou constrangimento internacional e diplomático, com respostas por parte do país asiático e sua embaixada no país, como expressões de repúdio, por exemplo. Outro evento no Twitter foi a postagem, já apagada, do deputado Eduardo Bolsonaro, filho do atual presidente brasileiro e presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, e suas acusações sobre espionagem chinesa com a tecnologia 5G (GOMES, 2020), provocando uma resposta da conta da embaixada chinesa no Brasil, que também apagou suas postagens sobre o caso.

No plano mais “concreto” e político, se afastando um tanto da arena virtual, outro constrangimento provocado pelo atual governo brasileiro foi a resposta deveras negativa do presidente Jair Bolsonaro sobre a aquisição das vacinas contra a Covid-19 desenvolvidas pelo laboratório chinês Sinovac Biotech (O GLOBO, 2020), mesmo que tal demarcação de posição possa comprometer o bem-estar da população brasileira em geral. Há também o exemplo de polêmicas quanto o banimento de aplicativos de origem chinesa e/ou de propriedade de companhias chinesas, com a utilização do argumento de segurança nacional e de proteção dos dados dos usuários tanto na Índia (SABAT, 2020), como nos Estados Unidos (ROSS, 2020).

O que aparentemente podem parecer casos isolados e não correlatos, cada um compartmentado em sua lógica e área de atuação, quando contextualizados na conjuntura contemporânea de alta na aversão à China, tais eventos se conectam e evidenciam a complexidade e diversidade nas expressões contrárias ao país asiático e tudo que é lido como relacionado ao mesmo, com o adicional de serem potenciais catalizadores para o discurso sinofóbico, reativando suas manifestações.

Nesse sentido, posicionamentos públicos como esses citados fomentam e, de certo modo, legitimam os discursos e ações para parte da sociedade que compartilha tais ideias e se afasta do que julga como “politicamente correto”. Nessa lógica, a promoção de expressões difamatórias e contrárias ao que é celebrado nos princípios da democracia liberal passa a então ser de interesse de tal parcela. Discursos de ódio e anti-“esquerda” somados ao incômodo quanto ao Coronavírus e à incapacidade de recriminação com um vírus produzem um cenário “favorável” a proliferação de acusação da culpa para a estrangeira e oriental China e sua população. O que acaba, como já apontado anteriormente, reverberando para outros indivíduos também identificados como “orientais” e/ou “amarelos”, devido à noção de identidade preconceituosa e generalizadora que agrega, em um conjunto, diferentes etnias e traços o imaginário do “asiático” no Ocidente.

Em resposta à crescente discriminação racial anti-asiática, mobilizações e movimentos são feitos e criados como tentativas de subverter tal onda culpabilizante. O uso da hashtag #EuNãoSouUmVírus e suas variações em outros idiomas e localidades busca, por exemplo, visibilizar nas redes sociais casos de preconceitos vividos por asiáticos e descendentes em meio ao contexto de pandemia (SAYURI, 2020). Já o Instituto Social Brasil-China (Ibrachina) criou uma central de denúncia para reunir relatos e acionar as autoridades brasileiras, dado que racismo e injúria racial são crimes, segundo o Código Penal brasileiro. A complexidade das diferentes formas de demonstração e expressão de aversão à China, todavia, podem dificultar as réplicas contrárias às tais expressões e também a própria identificação do que são posicionamentos “somente” antagônicos ao Estado e política chinesa e o que é preconceito e discriminação, com um emaranhado de pontos convergentes entre as esferas desses discursos.

4. Conclusão

Com a pandemia do Coronavírus e a nova dinâmica social causada pela mesma, a discriminação sinofóbica, discurso que não recente, encontra um terreno fértil, se atualizando e se desenvolvendo novamente. Nessa busca pela culpabilização do contexto são acrescentados antigos preconceitos e estereótipos anti-China e anti-asiáticos, que são fomentados ainda por líderes e personalidades de alto escalão político, como o caso de Donald Trump e de Abraham Weintraub, e também, em diferente escala, por políticas que demarcam posições desfavoráveis e de desconfiança para com o país asiático e seus produtos, sejam eles aplicativos e redes sociais ou até mesmo vacinas contra o Covid-19.

Não há como prever ao certo quais e como serão as consequências de tais “opiniões” públicas e posicionamentos governamentais tanto ainda durante a pandemia que se prolonga, quanto na grande interrogação que é o cenário pós essa. Tais eventos, contudo, reverberam e corroboram na construção de uma identidade antagônica e negativa à China e no que é lido e referido como chinês, reiterando e reforçando o histórico de aversão ao Oriente e à China. O imaginário do “Perigo Amarelo”, nesse sentido, é resgatado de seu aparente estado letárgico e atualizado, ajustando-se aos temores atuais e ao contexto do “perigoso” e “hostil” crescimento e desenvolvimento chinês no cenário internacional e potencializado pelo fator de vírus pandêmico do ano de 2020 para assim ser mobilizado em discursos e expressões que buscam culpados e algozes pelas mazelas contemporâneas.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Mariana. Coronavírus: como o surte está espalhando antigos preconceitos sobre a China e seus hábitos culturais. BBC News Brasil. São Paulo. 31 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51305487>. Acesso em: 6 dez. 2020.

BBC NEWS BRASIL. Coronavírus: como é Wuhan, a cidade chinesa onde surgiu surte de coronavírus e que foi isolada. BBC NEWS BRASIL. 23 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51216386>. Acesso em: 6 dez. 2020.

BBC NEWS BRASIL. Coronavírus e ‘sopa de morcego’? Teoria de conspiração e fake news se espalham com avanço de surto. BBC NEWS BRASIL. 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51311226> Acesso em: 6 dez. 2020.

CHEN, An. On the Source, Essence of “Yellow Peril” Doctrine and Its Latest Hegemony “Variant” – the “China Threat” Doctrine: From the Perspective of Historical Mainstream of Sino-Foreign Economic Interactions and Their Inherent Jurisprudential Principles. In: The Journal of World Investment & Trade, Vol. 13. Martinus Nijhoff Publishers, 2012.

DE LIMA, Juliana Domingos. Como o racismo aflora diante do medo do coronavírus. Nexojornal. 03 fev de 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/02/03/Como-o-racismo-aflora-diante-do-medo-do-coronav%C3%ADrus>. Acesso em: 6 dez. 2020.

FALCÃO, Márcio; VIVAS, Fernanda; D’AGOSTINO, Rosanne. STF abre inquérito para investigar Weintraub por suposto racismo contra chineses. G1. 29 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/stf-abre-inquerito-para-investigar-weintraub-por-suposto-racismo-contra-chineses.ghtml>. Acesso em: 6 dez. 2020.

FELLET, João. Coronavírus: críticas de ministro à China podem prejudicar envio de máscaras e testes ao Brasil, dizem analistas. BBC News Brasil. 6 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52193435>. Acesso em: 6 dez. 2020.

FELLET, João. ‘Vírus chinês’: como Brasil se inseriu em disputa geopolítica entre EUA e China sobre pandemia. BBC News Brasil. 19 mar. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51963251>. Acesso em: 6 dez. 2020.

GOMES, Pedro Henrique. Embaixada da China repudia postagem que Eduardo Bolsonaro publicou e depois apagou. G1. 24 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/24/embaixada-da-china-repudia-postagem-que-eduardo-bolsonaro-publicou-e-depois-apagou.ghtml> Acesso em: 6 dez. 2020.

INOUE, Vinicius Chozo. A Naturalização do Racismo Anti-Asiático na Sociedade Digital Brasileira. 2017. 50 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade de Brasília, 2017.

O GLOBO. Bolsonaro diz que governo não comprará Coronavac mesmo se vacina for aprovada pela Anvisa. O Globo. 22 out. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/bolsonaro-diz-que-governo-nao-comprara-coronavac-mesmo-se-vacina-for-aprovada-pela-anvisa-1-24705798>. Acesso em: 6 dez. 2020.

PEW RESEARCH CENTER. China’s Economic Growth Mostly Welcomed in Emerging Markets, but Neighbors Wary of Its Influence, 2019. Disponível em: https://www.pewresearch.org/global/wp-content/uploads/sites/2/2019/12/PG_2019.12.05_Balance-of-Power_FINAL.pdf. Acesso em: 6 dez. 2020.

PRAZERES, Tatiana. Disputa de narrativas cresce com a pandemia. Folha de São Paulo. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tatiana-prazeres/2020/03/disputa-de-narrativas-cresce-com-a-pandemia.shtml>. Acesso em: 6 dez. 2020.

ROSS, Wilbur. Commerce Department Prohibits WeChat and TikTok Transactions to Protect the National Security of the United States. U.S. Department of Commerce. 18 set. 2020. Disponível em: <https://www.commerce.gov/news/press-releases/2020/09/commerce-department-prohibits-wechat-and-tiktok-transactions-protect> Acesso em: 6 dez. 2020.

SABAT, Surabhi. Full List of 224 Chinese Apps Banned in India Till Date; Including PUBG, TikTok and Shein. REPUBLIC WORLD. 2 set 2020. Disponível em: <https://www.republicworld.com/technology-news/apps/how-many-chinese-apps-banned-in-india-till-now-see-the-full-list.html> Acesso em: 6 dez. 2020.

SAID, Edward W. Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SAYURI, Juliana. #EuNãoSouUmVírus: epidemia do covid-19 dispara racismo contra asiáticos. TAB. 12 fev. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/02/12/eunaosou-umvirus-ameaca-de-pandemia-dispara-racismo-contra-amarelos.htm>. Acesso em: 6 dez. 2020.

SCHILD, Leonard et al. "Go Eat a Bat, Chang!": An Early Look on the Emergence of Sinophobic Behavior on Web Communities in the Face of COVID-19. arXiv preprint. 8 de abr. 2020. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2004.04046>. Acesso em: 6 dez. 2020.

YAM, Kimmy. Trump tweets about coronavirus using term 'chinese virus'. NBCnews. 17 mar. 2020. Disponível em: <https://www.nbcnews.com/news/asian-america/trumptweets-about-coronavirus-using-term-chinese-virus-n1161161>. Acesso em: 6 dez. 2020.

ZIEMS, Caleb et al. Racism is a vírus: anti-asian hate and counterhate in social media during the Covid-19 crisis. ArXiv, abs/2005.12423. 25 mai. 2020. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2005.12423> Acesso em: 6 dez. 2020.

Sobrevivendo às custas de quem? O impacto da COVID-19 no trabalho escravo contemporâneo.

Heloisa Gama

Resumo

O novo coronavírus vem gerando efeitos desastrosos na conjuntura mundial, de impactos elevados ao trabalhador em situação de vulnerabilidade socioeconômica. O campo do trabalho tem sofrido retrocessos em decorrência da atual crise sanitária, uma vez que a pandemia do Covid-19 tem sido determinante para a elevação dos índices de desemprego, trabalho informal e pobreza, que ameaçam a dignidade do trabalhador. Através desse artigo, pretende-se compreender de quais maneiras a precarização do trabalho pode se apresentar como impacto da Covid-19 na escravidão contemporânea mundial.

1. O que é escravidão contemporânea?

A literatura internacional diverge sobre o conceito porque depende de normas legais, internas e culturais, bem como das formulações conceituais a partir de reflexões da sociedade civil. Assim, o conceito é fluido, variando a partir da conjuntura em que está inserido. Entretanto, há duas características que se destacam nos apontamentos das principais instituições transnacionais, como Organização Internacional do Trabalho, e da sociedade civil, como Bellagio-Harvard Guidelines, uma série de diretrizes desenvolvidas por distintos acadêmicos e empregadores da lei. Ambos espaços versam sobre o tema considerando as particularidades do trabalho escravo contemporâneo a partir da forma que o trabalhador é tido como descartável e a precariedade das condições de trabalho¹.

No que se refere ao caso brasileiro, o problema é tipificado no Código Penal em seu Artigo nº 149 e a interpretação do conceito estabelecido em lei indica que seja uma prática criminosa composta por um conjunto de violação de direitos que estão diretamente associados a um modelo baseado na precarização e desrespeito à dignidade do trabalhador. O instrumento legal define o conceito a partir da existência de quatro elementos (não cumulativos): jornada exaustiva², trabalho forçado³, servidão por dívida⁴, e trabalho precário⁵.

1. COSTA, E. Reflexões sobre o trabalho análogo ao escravo no Brasil contemporâneo. Rev. Augustus, Rio de Janeiro, v.24, n.47, p. 127-146, 2019.

2. O indivíduo é submetido a uma jornada de trabalho tão exaustiva que coloca em risco a sua saúde.

3. O trabalhador é impedido de sair em razão de dívidas ilegalmente contraídas e/ou ameaças (ex.: isolamento geográfico, dificuldade de acesso e/ou ausência de instrumentos de comunicação).

4. A vítima é responsabilizada pelo pagamento de dívidas ilegais com o empregador (transporte, moradia, alimentação, aluguel de equipamentos, entre outros).

5. É um conjunto de condições precárias às quais o trabalhador é submetido (ex.: alojamento precário, água insalubre, ausência de uma alimentação adequada e demais condições que reduzam a dignidade do trabalhador).

Indivíduos e organizações que observam o progresso no campo do trabalho decente concordam que trabalho escravo se aproxima da ideia de sujeição do indivíduo ao trabalho forçado, precário e degradante⁶. Esse ponto de convergência se refere à ideia de que a escravidão contemporânea é definida, de modo central, pelas condições impostas ao indivíduo que, tal qual um objeto “coisificado”⁷ não é detentor de direitos, dignidade, e tampouco humanidade. O indivíduo transforma-se em um item descartável do mercado capitalista neoliberal⁸. Frequentemente, o lucro do empregador é garantido por meio de exploração da força de trabalho de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Autores que pensam relações atuais da exploração do trabalho apontam que vivemos em uma nova era digital que cria ainda mais dinamismo nas relações de exploração e precarização do trabalho. Isto ocorre pela minimização do lastro de comprovação empregatícia e da baixa responsabilização do empregador em relação aos direitos dos seus empregados (e.g. entregadores e motoristas de aplicativos). Ricardo Antunes (2020) chama este processo de a “uberização do trabalho”⁹.

2. O Covid-19 e o trabalho escravo contemporâneo

Segundo Global Slavery Index, um banco de dados internacional sobre a escravidão contemporânea, há hoje no mundo mais de 40 milhões de vítimas de trabalho escravo contemporâneo. No Brasil, estima-se cerca de 369 mil em setores produtivos considerados essenciais para a economia¹⁰, como a agropecuária que contém mais de três quartos dos trabalhadores resgatados de escravidão¹¹.

Para os que já são vitimados, a atual conjuntura global os coloca em uma situação de risco aumentado, uma vez que a urgência da resposta imediata à crise e seus impactos socioeconômicos submetem pessoas em situação de vulnerabilidade à uma periferia social ainda mais distante¹². Agora, mais isolados, são lançados a um espaço de maior degradação e precariedade, por meio de uma perversa lógica de inação das instituições responsáveis pela agenda de erradicação do crime.

O Fundo Monetário Internacional indica que hoje, no mundo, as perdas socioeconômicas associadas à crise do coronavírus somam 9 trilhões de dólares, gerando, por exemplo, mais de 300 milhões de pessoas desempregadas no mundo. Outros autores afirmam que o nível de desemprego global pode subir de 34 milhões a 340 milhões de pessoas nos próximos anos¹³. O mercado informal será ainda mais afetado com cerca de 1,6 bilhões de trabalhadores tendo impactos em

6. ALVES, L; JOANONI NETO, V. Por uma chance de trabalho e dignidade. Uma proposta piloto de reinserção social dos resgatados da escravidão contemporânea. In: SANT'ANA JÚNIOR, H (org). Trabalho escravo contemporâneo: um debate transdisciplinar. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.

7. MÃOS à carne. Direção de Marcos Reis. Rio de Janeiro: Studio Plano, 2019. Disponível em: <<https://vimeo.com/344786625/9110447260>>. (31 min).

8. FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: Ensaio de interpretação sociológica. 5a ed. São Paulo: Globo, 2006.

9. FILGUEIRAS, V., ANTUNES, R. (2020). Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo. Revista Contracampo. 39. 10.22409/contracampo.v39i1.38901.

10. GSI 2018. Global Slavery Index: Country Data - Brazil. 2018. Disponível em: <<https://www.globalslaveryindex.org/2018/data/country-data/brazil/>>.

11. MPT. Smart Lab. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/0?dimensao=perfilCasosTrabalhoEscravo>>.

12. BALES, K. Disposable People: New Slavery in the Global Economy. 2a ed. Califórnia: University of California Press, 2006.

13. BOHNENBERGER, P. País corre risco de ver trabalho escravo aumentar em meio à crise causada pela pandemia. 2020. CBN. Disponível em: <<https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/308551/pais-corre-risco-de-ver-trabalho-escravo-aumentar-.htm>>.

seus meios de vida. Trata-se da pior recessão econômica global desde a Crise de 1929¹⁴ com indicativos de que no período pós-pandemia, haverá de 20 milhões a 25 milhões de pessoas em situação de trabalhos precários e extrema pobreza¹⁵.

Trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica estão frequentemente alocados em serviços essenciais, como entregadores, babás, cuidadores de idosos, faxineiros, entre outros, que não raro se percebem em situações trabalhistas que ameaçam ainda mais sua dignidade no trabalho. São pessoas que, por razão de sua própria sobrevivência, precisam aceitar salários baixos, jornadas extenuantes e alta precarização de suas condições trabalhistas.

Dados apontam que a maioria dos resgatados de trabalho escravo são trabalhadores informais, temporários e migrantes¹⁶. Logo, se a pandemia tem sido fator determinante do aumento do desemprego formal, o trabalho informal pode empurrar trabalhadores à situação de precarização laboral (com redução de salários, aumento de carga de trabalho, entre outros). Dessa forma, admite-se um aumento nos fatores de vulnerabilidade ao trabalho escravo, evidenciando os riscos de tal violação de direitos.

O setor rural é o que compreende a maior quantidade de trabalhadores resgatados¹⁷ e geralmente compreende uma quantidade alta de trabalhadores migrantes internos. A sazonalidade dos produtos cultivados, gera uma lógica de movimentação desses trabalhadores, que, por sua vez, deixam seus locais de origem para trabalhar onde há possibilidade de trabalho (seja no plantio ou colheita). A estes não há qualquer cuidado de conscientização, prevenção ou resgate, visto que no atual cenário o ato de entrar e/ou sair de determinadas cidades é cerceado e dificultado em tentativa de conter a propagação do contágio do coronavírus. Esses trabalhadores migrantes, então, ao privilegiar seu sustento em detrimento de um decreto que impeça traslado, são empurrados à marginalidade e criminalidade¹⁸.

Ademais, é de conhecimento geral que a Covid-19 gerou a suspensão das atividades escolares. Isto somado à precarização das condições de trabalho apontadas, são facilitadores para a incidência do trabalho infantil ilegal, uma vez que são submetidos à essa condição majoritariamente pela necessidade de suplementar renda familiar¹⁹. Ressalta-se que grande parte dos resgatados de trabalho escravo contemporâneo (91%) possui um histórico escravidão infantil²⁰.

Além disso, sugere-se que há uma subnotificação de mulheres entre as vítimas de escravidão contemporânea. Esse dado se atrela às múltiplas mazelas geradas pelo patriarcado e racismo, es-

14. HELMS, K. IMF Predicts Worst Global Crisis Since Great Depression, Costing \$9 Trillion. Bitcoin.com. 2020. Disponível em: <<https://news.bitcoin.com/imf-worst-crisis-great-depression/>>.

15. Cf. COSTA, 2019.Ibid.

16. SOARES, M. 13 de Maio: escravidão contemporânea e pandemia. 2020. Esquerda Online. Disponível em: <<https://esquerdaonline.com.br/2020/05/13/13-de-maio-escravidao-contemporanea-e-pandemia/>>.

17. Ministério Público do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho Brasil. Plataforma Smartlab. Disponível em: <<https://smartlabbr.org/saibamais/smartlab>>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

18. INTERPOL. COVID-19 impact on migrant smuggling and human trafficking. 2020. Disponível em: <<https://www.interpol.int/en/News-and-Events/News/2020/COVID-19-impact-on-migrant-smuggling-and-human-trafficking>>.

19. ODI. Child labour and education: a survey of slum settlements in Dhaka. 2016. Disponível em: <<https://www.odi.org/publications/10654-child-labour-and-education-survey-slum-settlements-dhaka>>.

20. OIT. Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasilia/publicacoes/WCMS_227533/lang-pt/index.htm>.

pecialmente no que se refere aos trabalhos tipicamente executados pela mulher, como o trabalho doméstico e sexual²¹. Estudos indicam, ainda, que exploração de tais atividades são tão naturalizadas pela sociedade brasileira, que nem indivíduos, nem organizações que atuam no combate ao crime e resgate da vítima, identificam fatores relativos ao trabalho escravo contemporâneo²².

Em uma conjuntura que afeta criticamente a economia global e minorias sociais, é fundamental reforçar que o trabalho escravo contemporâneo se sustenta em meio à desequilíbrios de poder e inequidades. Assim, deve-se mitigar desdobramentos e impactos resultantes da crise de saúde, nas milhões de pessoas empurradas para o trabalho precário, sem acesso a políticas públicas de qualidade que zelem pela garantia de meios de vida²³.

3. Desmantelamento das estruturas de combate ao trabalho escravo contemporâneo

De modo geral, a agenda de combate ao trabalho escravo contemporâneo é altamente dependente da participação e articulação das instituições do setor público, privado e sociedade civil, que desde antes do período pandêmico enfrentavam uma série de desafios que, por sua vez, geravam entraves políticos e econômicos à implementação de uma política pública eficiente.

As ações de persecução, investigação e apoio às vítimas não são suficientes para gerar soluções duráveis, se a sustentabilidade dos que garantem essa política estiver tensionada; então, quando essas mesmas instituições são forçadas a “desacelerar” para conseguir lidar com a emergência da crise de saúde, o alcance das políticas sociais às vítimas de trabalho escravo pode se tornar ineficiente.

Por exemplo, antes mesmo da pandemia, as ações de fiscalização do desmatamento ilegal na Amazônia – este feito na ponta com mão de obra escrava - já se encontravam fragilizadas²⁴. Agora, a situação tanto do desmatamento ilegal quanto da exploração de trabalhadores tende a aumentar.

As organizações estão colapsadas e com alcance tão reduzido que as vítimas não conseguem registrar denúncias de escravidão. Falta planejamento estratégico para mitigar impactos no setor.

No Brasil, as ações de inspeção e resgate de trabalho escravo foram pausadas no início da pandemia para evitar exposição ao vírus dos agentes públicos que deixaram de atuar em campo²⁵. Quando retornaram, contaram com um corpo de agentes reduzidos, porque além de corte

21. MDS. O Sistema Único de Assistência Social no Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas. Brasília, 2020. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2020/06/Combate_Trabalho_Escravo_01.06.pdf>.

22. Repórter Brasil. Trabalho escravo e gênero: Quem são as trabalhadoras escravizadas no Brasil? / Natália Suzuki (org.); Equipe 'Escravo, nem pensar'. – São Paulo, 2020. 10 p.: 20 x 21 il.

23. COCKAYNE, J. The Impact of COVID-19 on Modern Slavery. Universidade das Nações Unidas. 2020. Disponível em: <<https://ourworld.unu.edu/en/the-impact-of-covid-19-on-modern-slavery>>.

24. COLÓN, M. et al. Amazônia vive pandemia de destruição com Covid-19 e ofensiva de Bolsonaro. Folha de S.Paulo. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/05/amazonia-vive-pandemia-de-destruicao-com-covid-19-e-ofensiva-de-bolsonaro.shtml>>.

25. CNN NEWS. Fiscalizações contra trabalho escravo são suspensas no país por coronavírus. 2020. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/03/17/fiscalizacoes-contra-trabalho-escravo-sao-suspensas-no-pais-por-coronavirus>>.

orçamentário em decorrência da recessão econômica, muitos auditores fiscais do trabalho são parte do grupo de risco ao Covid-19.

A filantropia também sofreu modificações substanciais e fundamentais para a contribuição do desmantelamento das estratégias de combate ao trabalho escravo. Esse cenário que já apresentava escassez de repasses aos direitos humanos, hoje, é ainda pior. Muitos doadores mudaram o foco de suas doações para projetos que impactem de forma emergencial na pandemia.

As cadeias globais de produção também merecem atenção porque os mecanismos utilizados para monitorar e prevenir a violação vem sendo flexibilizados. Empresas também impactadas pela crise, para garantir sua própria sobrevivência, priorizam estratégias de recuperação econômica com pouca atenção às salvaguardas socioambientais²⁶, que incluiriam o combate ao trabalho escravo em suas cadeias.

O desmantelamento das instituições pode elevar o número de pessoas em risco de trabalho escravo contemporâneo nos próximos anos²⁷. Considerar panorama de parcerias multinível envolvendo cidades, políticas, programas e indivíduos para pensar juntos alternativas de enfrentamento do problema deve ser premente no novo contexto global. Outrossim, deve-se buscar estratégias eficientes de proteção aos trabalhadores, bem como diálogos com agentes econômicos para erradicar trabalho escravo no mundo pós-pandemia.

4. Considerações finais

Considerando que a pandemia da COVID-19 é crítica e em constante agravo, com mais de 63 milhões de contaminados e quase 1,5 milhão de óbitos²⁸, nota-se múltiplos e complexos desafios na sua luta e incontáveis impactos na vida dos trabalhadores vulneráveis ao trabalho escravo. Então, respostas ágeis à pandemia por parte de todos os setores da sociedade quando não interseccionalizadas, qualitativamente significadas ou feminizadas, podem aumentar desproporcionalmente os riscos de escravidão.

Nesse sentido, há que se observar que diferentes compreensões de realidades geram diferentes práticas e, conseqüentemente, diferentes narrativas. Por isso é tempo de desenvolver percepções ontológicas sobre a necessidade de se construir novas estruturas sócio governamentais resilientes, capazes de responder às lacunas encontradas no combate ao trabalho escravo, especialmente em um contexto de pandemia do novo coronavírus que gera retrocessos ameaçadores à dignidade e da classe trabalhadora.

Isso posto, uma vez que o novo coronavírus tem potencial de afetar todas as pessoas, ainda que as impacte de maneiras distintas, há que se pensar estratégias de atuação e construção de um novo contexto global que nos permita ponderar e refletir individual e coletivamente a fim de distribuir e garantir direitos e conscientizar sobre deveres.

26. Cf. UM NEWS, 2020.Ibid.

27. Cf. COSTA, 2019.Ibid.

28. WORLDOMETER. COVID-19 CORONAVIRUS PANDEMIC. 2020. Disponível em: <<https://www.worldometers.info/coronavirus/>>.

Acesso à educação: novos contextos, antigas violações

Lara de Paula Dias e Alícia Wiedemann

Resumo

A pandemia provocada pela COVID-19, com seu primeiro ápice no início de 2020, desencadeou mudanças repentinas e nunca imaginadas nos últimos anos. Deparamo-nos com diversas questões e mudanças que desestruturaram dinâmicas em diferentes esferas da vida humana, inclusive no processo educativo, o que gera uma necessidade de reestruturação. Tendo este ponto de partida, o presente artigo busca apontar para questões relativas às dificuldades enfrentadas na tentativa (ou não) de se gerir a problemática da continuidade do Ensino Básico sob novos moldes. O mesmo também pretende analisar o cenário de um provável abalo maior nas desigualdades que marcam a realidade social brasileira.

1. Introdução

No Brasil, a possibilidade de acesso ou não à educação pública de qualidade pode ser considerada causa e efeito das desigualdades sociais e econômicas existentes. Isso porque sua implementação, quando feita de maneira universal e obrigatória, se torna uma ferramenta de extrema importância para garantir que todos/as tenham igualdade de possibilidades, o que não é o caso do país¹.

Sem deixar de lado alguns avanços ocorridos quando pensamos o ingresso de estudantes a diferentes níveis educacionais na esfera pública², a temática, que ainda assim enfrenta uma série de dificuldades pautadas pelo descaso característico de grande parte dos governos, como a ausência de investimentos e políticas eficazes e consecutivas, foi ainda mais afetada diante da crise provocada pelo surto de COVID-19 no país.

Nesse sentido e de forma a contextualizar a problemática atual no que tange a educação, é relevante mencionar que a pandemia provocou a maior ruptura dos sistemas de ensino na história que se tem conhecimento, afetando de diferentes formas cerca de 94% da população mundial de estudantes. Embora algumas inovações criadas repentina e quase que obrigatoriamente tenham surgido no âmbito da educação, como avanços em plataformas de ensino online, fato é que a crise acentuou ainda mais desigualdades no acesso ao ensino, sobretudo face às pessoas já con-

1. CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, Oct. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302009000300003&lng=en&nrm=iso>. acesso em 22 Out. 2020.

2. Ibid.

sideradas socioeconomicamente mais vulneráveis³.

Tendo este cenário em mente e pensando a realidade brasileira, o Estado, que a princípio tem o dever legal de oferecer o ensino básico universal e obrigatório - e cuja qualidade, quando oferecido, infelizmente pode ser questionada -, num primeiro momento, ou seja, março de 2020, teve que tomar uma série de iniciativas emergenciais, inclusive decidindo pela suspensão das aulas presenciais na pandemia por questões de segurança sanitária⁴.

Ocorre que essa decisão, embora acertada quando pensamos na prevenção da proliferação de cadeias de contágio, não veio acompanhada de medidas que possibilitassem a efetiva continuidade do processo educativo sob novos moldes, afetando, majoritariamente, os/as alunos/as da rede pública, uma vez que a rede privada teve uma maior autonomia para definir as novas diretrizes de ensino das suas instituições. Cabe mencionar que, na maioria das capitais do país, estudantes matriculados/as em escolas públicas ficaram, pelo menos, 35 dias sem atividades educativas após a suspensão das atividades escolares presenciais⁵.

A paralisação de aulas em ambiente escolar, dentre outros efeitos, forçou a implementação do ensino à distância de forma abrupta, ainda que as condições da maioria da população brasileira e das próprias estruturas de ensino, principalmente público, não sejam favoráveis a esse tipo de solução. Sendo assim, o presente artigo vislumbra justamente a análise e a compreensão do que se passa neste setor e quais são as possíveis consequências a médio e longo prazo das dificuldades de acesso ao ensino provenientes do contexto pandêmico, tendo em vista a chance de acentuação das desigualdades sociais resultantes do acesso ou não à possibilidade de seguimento do ensino.

2. Direito à educação e desigualdades sociais

O direito à educação, previsto no art. 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos⁶, entre outras declarações internacionais, e no art. 205 da Constituição Federal⁷, vigente desde 1988, é historicamente violado no contexto brasileiro, sendo alvo de constantes debates e reivindicações e também objeto de estudos e relatórios anuais.

O Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2020⁸ traz, entre outras informações, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), com dados de 2005 à 2017, que leva em consideração o rendimento escolar e o desempenho, sendo o primeiro avaliado de acordo com as médias

3. United Nations. POLICY BRIEF: EDUCATION DURING COVID-19 AND BEYOND. Ago 2020. Disponível em <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/08/sg_policy_brief_covid-19_and_education_august_2020.pdf>. p. 2. Acesso em 22 Out 2020.

4. UNESCO. Situação da educação no Brasil (por região/estado). Disponível em <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasil/covid-19-education-Brasil>>. Acesso em 01/12/2020.

5. SANTOS, Sheyla. "Alunos da rede pública ficam meses sem atividades remotas na pandemia". 30 ago 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/alunos-da-rede-publica- ficam-meses-sem-atividades-remotas-na-pandemia.shtml>>. Acesso em 01/12/2020.

6. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>.

7. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.

8. Todos pela educação, Editora Moderna. Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2020. Disponível em:<https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/456.pdf?1969753478/=&utm_source=content&utm_medium=site-todos>. P. 64 e 65. Acesso em 22 out. 2020.

das taxas de aprovação dos/as alunos/as de escolas públicas e privadas dentro do ciclo avaliado e o segundo responsável por aferir a aprendizagem de acordo com o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

De modo geral, os dados mostram que houve aumento nos índices de desempenho entre alunos/as do Ensino Fundamental, porém no Ensino Médio há uma estagnação nos avanços. O documento relaciona esta estagnação ao fato de haver alta taxa de abandono no Ensino Médio, o que poderia aumentar ainda mais no contexto da pandemia. É ressaltada, ainda, a necessidade de se olhar para as desigualdades sociais reproduzidas no sistema escolar para que sejam elaboradas políticas públicas que levem em consideração critérios de região, localidade, renda e raça/cor.

Também de acordo com o Anuário, há uma grande diferença na porcentagem de jovens estudantes matriculados/as no Ensino Médio, por exemplo, quando pensamos em classe econômica, o que também reflete na idade com que completam esta fase de estudos:

“61,8% dos jovens de 15 a 17 anos que pertencem aos 25% mais pobres estão matriculados no Ensino Médio, enquanto entre os 25% mais ricos, esta proporção é de 90,8%. No que diz respeito à conclusão do Ensino Médio na idade recomendada (até os 19 anos de idade), há uma diferença de 36% entre aqueles que o cumprem que fazem parte dos 25% mais ricos e dos 25% mais pobres”.⁹

Portanto, é possível observar que, embora o país tenha tido algum avanço na garantia do acesso à educação ao longo do tempo, a educação de qualidade ainda é um privilégio dos/as mais ricos/as e a conclusão dos estudos na idade recomendada também.

Segundo a presidente-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, por mais que o Anuário demonstre que nas últimas décadas houve avanços no acesso à Educação Básica, este também apresenta que a suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia poderá provocar um aumento da desigualdade quando pensamos em aprendizagem, além da queda do número de estudantes que concluem o Ensino Médio na idade correta:

“[...] desafios que serão aprofundados pela paralisação prolongada das aulas presenciais, como o provável aumento da desigualdade na aprendizagem e a queda na conclusão do ensino médio na idade correta. Se antes a necessidade de mudanças estruturantes no ensino era imprescindível, a crise da COVID-19 amplia a urgência de uma aliança intersetorial para amenizar os impactos da pandemia e fortalecer a educação como pilar de reconstrução do país”¹⁰.

Sendo assim, a desigualdade histórica e estrutural que marca o contexto brasileiro, inclusive no acesso à educação de base, acaba por ter aspectos ainda mais agravados no contexto pandêmico. Torna-se urgente, então, o fortalecimento das ações na educação a fim de se reduzir todos os impactos gerados.

9. Ibid. p. 45

10. Revista Educação. 03 ago 2020. Disponível em <<https://revistaeducacao.com.br/2020/08/03/educacao-brasileira-desigualdade/>>. Acesso em 22 out 2020.

3. As múltiplas implicações do acesso à educação em meio à pandemia

Como fora mencionado, a COVID-19 chegou ao Brasil e trouxe, dentre outras consequências, a suspensão das aulas presenciais como uma das medidas para a prevenção de um ainda maior alastramento do vírus entre a população. O ensino à distância (EAD), permitido para casos emergenciais de acordo com as diretrizes e bases da educação nacional, foi então implementado no ano de 2020 por instituições de ensino públicas e privadas. Este se baseou em normas federais, estaduais e municipais voltadas para a regularização do EAD em meio à pandemia.

As aulas virtuais, implementadas em caráter emergencial e inicialmente provisório, não estão isentas de dificuldades, tanto para estudantes quanto para professores/as. A realidade é que não houve tempo hábil de preparo técnico, estrutural, psicológico para que se desse início a esta nova forma de ensino.

Entre as adversidades enfrentadas por alunos/as do Ensino Básico, de uma forma geral, estão a necessidade de uma conexão boa à internet; o acesso a material adequado para acompanhamento das atividades virtuais; a falta de um ambiente propício ao estudo e à concentração; a falta de apoio durante o processo de aprendizagem; a ausência do convívio no ambiente escolar, que também faz parte do processo de conhecimento e crescimento de crianças e jovens; dilemas psicoemocionais e, ainda, violências várias que muitas vezes são vividas dentro de casa direta ou indiretamente.

O não oferecimento ou oferecimento insuficiente de aulas online, além da dificuldade de acesso a estas por alunos/as da rede pública não só aumenta a desigualdade, como desestimula a dedicação aos estudos, o que pode agravar o problema da evasão escolar, especialmente no Ensino Médio. Além disso, a realidade destas famílias muitas vezes demanda maior responsabilidade dos/as adolescentes, em especial no contexto pandêmico. A título exemplificativo é possível mencionar casos de adolescentes que pensam em deixar a escola para trabalhar e contribuir no pagamento das despesas domésticas, para auxiliar familiares que exigem maiores cuidados, ou porque não tiveram acesso a apoio psicossocial para lidarem com a realidade da pandemia¹¹.

Na tentativa de reverter algumas das consequências desta realidade, algumas instituições de ensino público estão buscando ampliar a inclusão digital de seus/suas alunos/as, por meio do fornecimento de dispositivos tecnológicos a fim de se garantir a continuidade da aprendizagem. O Colégio Pedro II, por exemplo, lançou edital para contemplar alunos/as que necessitavam de auxílio, os/as quais receberam chip pré-pago, tablet ou celular e pacote de dados para facilitar o acesso às atividades virtuais^{12 13}.

11. TENENTE, Luiza. “‘Meu pai não consegue pagar as contas sozinho’: adolescentes cogitam abandonar o ensino médio com a pandemia”. 26 set 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/26/meu-pai-nao-consegue-pagar-as-contas-sozinho-adolescentes-cogitam-abandonar-o-ensino-medio-com-a-pandemia.ghtml>>. Acesso em 22 out 2020.

12. Redação Desafios da Educação. Op cit.

13. Assessoria de Comunicação Social. “CPII divulga resultado final do auxílio Inclusão Digital para alunos da educação básica”. 08 set 2020. Disponível em <http://www.cp2.g12.br/noticias_destaque/10362-cpii-divulga-resultado-final-do-aux%C3%ADlio-inclus%C3%A3o-digital-para-alunos-da-educa%C3%A7%C3%A3o-b%C3%A1sica.html>. Acesso em 23 out 2020.

Cabe ressaltar ainda que a rede privada de ensino não está isenta de problemas relacionados às aulas virtuais. Embora os/as alunos/as da rede pública tenham sido particularmente afetados/as em relação aos/as demais no atual cenário, as instituições privadas têm sido cada vez mais demandadas por pessoas responsáveis pela educação de crianças e jovens. Estas reivindicam, entre outras questões, a diminuição no valor e até mesmo isenção total das mensalidades, uma vez que estão usando os seus equipamentos para viabilizar as aulas remotas, além de possuírem maiores gastos domésticos e questões financeiras, o que deu origem, inclusive, a projetos de lei na tentativa de se regular a temática.¹⁴

Ainda mais grave é o caso dos/as alunos/as que estariam concluindo o último ano do Ensino Médio, que antecede a possível tentativa de entrada no Ensino Superior. Somado a tudo isso que fora apontado, o próprio contexto gera muita incerteza relacionada ao ingresso nas universidades, sobretudo públicas, como em relação à calendarização de provas, questões relativas ao aumento de concorrência por número de vagas nos próximos anos e a sensação - muitas vezes real - de despreparo.

4. Volta às aulas presenciais: solução ou novo problema?

A UNICEF, a UNESCO e OPAS/OMS defendem a priorização da reabertura das escolas para garantir o direito básico à educação das crianças e adolescentes. Destaca-se que, devido às diferentes realidades do contexto brasileiro, a continuação dos aprendizados em casa não está ocorrendo de forma igual, houve aumento do risco de evasão e também de problemas referentes à saúde mental.

A volta às aulas, porém, segundo orientações, deve ser feita de forma segura. Sendo assim, tais organizações lançaram o protocolo “Considerações para medidas de saúde pública relacionadas à escola no contexto da COVID-19”, com recomendações concretas sobre os procedimentos de segurança a serem adotados. Estes levam em consideração as particularidades de cada estado/município no que tange ao alastramento da doença e, por isso, possuem recomendações singulares sobre o momento e a forma de se proceder à reabertura de escolas, pensando sempre na segurança de todos/as e em se evitar uma nova onda da doença.¹⁵

Embora se tenha essas recomendações a respeito da prevenção e controle da COVID-19 nas escolas, como o distanciamento social e o uso de máscaras, a realidade é que, diante da demanda pela volta das aulas presenciais em muitos estados do Brasil, em especial vinda dos/as responsáveis pelos/as estudantes da rede privada de ensino, há muita incerteza quanto à segurança de alunos/as, professores/as e demais profissionais. O retorno ou não das aulas está sendo decidido em âmbito estadual e municipal e, até então, muitas das localidades brasileiras seguem sem aulas presenciais. Exemplificando, alguns municípios do Rio de Janeiro já tentaram retomar suas atividades escolares nestes moldes por duas vezes, mas tiveram que as interromper devido

14. Redação Desafios da Educação. “Guerra das mensalidades: a saúde financeira das escolas e das famílias”. 08 abril 2020. Disponível em <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/guerra-mensalidades-escolas/>>. Acesso em 22 out 2020.

15. UNICEF. “Reabertura segura das escolas deve ser prioridade”, alertam UNICEF, Unesco e Opas/OMS”. 18 set 2020. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/reabertura-segura-das-escolas-deve-ser-prioridade-alertam-unicef-unesco-e-opas-oms>>. Acesso em 22 out 2020.

ao aumento de casos de pessoas contaminadas, fato esse que ilustra a condição de incerteza que o contexto pandêmico gera neste âmbito^{16 17 18}.

Fora do Brasil, a experiência de volta às aulas e sua relação com a contaminação não é homogênea. Em setembro de 2020, por exemplo, noticiou-se que a China voltou com as aulas para 280 milhões de estudantes sem incidentes. Por outro lado, a França voltou com as aulas presenciais, mas houve o recuo da decisão por parte de algumas escolas após poucos dias, devido ao aumento de casos na região. O país vivencia, hoje, um aumento exponencial de novos casos, em meio a segunda onda de COVID-19 na Europa, embora não se possa afirmar a correspondência direta entre o breve retorno das aulas presenciais e o aumento dos casos.^{19 20}

A realidade é que há muita incerteza com relação aos benefícios e consequências da volta às aulas presenciais neste momento, e, por se tratar de um contexto completamente novo, não há consenso interno nem internacional de como proceder, o que aumenta mais a insegurança e a vulnerabilidade daqueles/as que aguardam por uma decisão. No caso brasileiro, ainda se conta com a agravante da negligência governamental na gestão da crise e a falta de um fio condutor minimamente sólido e assertivo, inclusive no que tange a educação, reforçando situações preexistentes de desigualdades e violações de direitos.

Assim, como dito, ainda não há consenso quanto a decisão de se retomar aulas presenciais ou de se manter o ensino remoto entre as esferas pública e privada de diversas regiões do Brasil. Novamente tendo o Rio de Janeiro como exemplo, no estado está previsto dois planos para o ano letivo de 2021: ensino híbrido (aulas presenciais e online) ou somente no formato remoto, a depender do desenvolvimento relativo à doença. A iminência do início da vacinação da população brasileira contra a COVID-19 também acaba por ter influência nessa decisão, dividindo opiniões entre esperar por ela para o retorno às aulas presenciais ou não até pela incerteza de quando será realizada e do seu sucesso. Nesse sentido, especialistas já sugeriram antecipar o retorno e aplicar o formato híbrido, em que professores/as e alunos/as que não fazem parte do grupo de risco possam retomar antes daqueles/as que possuem riscos elevados em eventual contaminação, uma vez que não se deve aguardar pela vacinação para uma decisão que exige certa urgência sobretudo pelos impactos que todo esse cenário gera na vida de crianças e jovens estudantes e familiares.^{21 22}

16. FIGUEIREDO, Karoline. "Três municípios do Rio de Janeiro suspendem aulas presenciais". 21 out 2020. Disponível em <<https://www.infoescola.com/noticias/tres-municipios-do-rio-de-janeiro-suspendem-aulas-presenciais-apos-retorno-na-ultima-segunda-feira-19/>>. Acesso em 23 out 2020..

17. Agência Brasil. "Covid-19: maioria dos estados segue sem aulas presenciais". 21 set 2020. Disponível em <<https://www.jj.com.br/economia/2020/09/102988-covid-19-maioria-dos-estados-segue-sem-aulas-presenciais.html>>. Acesso em 22 out 2020

18. UOL. "RJ suspende aulas presenciais em 12 municípios por covid-19". 28 nov 2020. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/11/28/rj-suspende-aulas-presenciais-de-escolas-estaduais-em-12-municipios.htm>>. Acesso em 01/12/2020.

19. EL PAÍS. "Volta às aulas no mundo tem nervosismo na França, lotação na Espanha e nenhum contágio na China". 15 set 2020. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-15/volta-as-aulas-no-mundo-tem-nervosismo-na-franca-lotacao-na-espanha-e-nenhum-contagio-na-china.html>>. Acesso em 23 out 2020.

20. G1. "França anuncia toque de recolher nas maiores cidades para conter 2ª onda do coronavírus". 14 out 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/14/com-alta-nos-casos-de-covid-franca-restabelece-estado-de-emergencia-em-todo-o-territorio.ghtml>>. Acesso em 23 out 2020

21. BARREIRA, Gabriel. "Secretaria de Educação apresenta dois planos de aulas para o ano letivo de 2021 no RJ". 16 dez 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/16/secretaria-de-educacao-apresenta-dois-planos-de-aulas-para-o-ano-letivo-de-2021-no-rj.ghtml?fbclid=IwAR2a7WLU-5cvcqCN4j1SQnfApOasXSOa12Jpkj4a2sYRaJhKUOa1Ssq41f9s>>. Acesso em 23 dez 2020.

22. CNN. "Volta às aulas só quando tiver vacina? Especialistas debatem opções de retorno". 20 set 2020. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/09/20/volta-as-aulas-so-quando-tiver-vacina-especialistas-debatem-opcoes-de-retorno>>. Acesso em 23 dez 2020.

5. Conclusão

Diante de todo o exposto, é possível afirmar que não há uma resposta correta acerca da melhor forma de retomar as atividades escolares presenciais. Entretanto, vivenciamos uma determinada urgência para o encontro de soluções, ainda que temporárias, mas que garantam o efetivo acesso de todos/as à educação, especialmente quando pensamos naqueles/as que tiveram suas realidades ainda mais prejudicadas pela pandemia.

É importante ressaltar que os impactos já ocorridos comprometem, de uma forma ou de outra, o futuro do aprendizado e suas formas de garantir melhores oportunidades e mais opções de carreira e de futuro para os/as jovens. No entanto, não há como prever a extensão dos danos e a quantidade de estudantes que serão afetados/as pelos desdobramentos da COVID-19. Está ocorrendo um “tsunami da Educação” com grandes impactos que só poderão ser refletidos ao longo do tempo²³.

Algumas escolas públicas têm sido exemplo de inovação para ampliação do acesso, mas isto se trata de exceção e não da regra. Então, há que ser refletido sobre como gerir toda essa realidade sem perpetuar ou ampliar desigualdades educacionais já existentes, sobretudo quando não há perspectiva do momento em que esta crise irá terminar. Há evidências, inclusive, de que durante a administração de surtos de doença, o tratamento das desigualdades no campo da educação tende a ser negligenciado²⁴.

O acesso a educação está profundamente conectado à desigualdade no país, seja como sua causa ou consequência. Quanto mais se priva determinadas pessoas do acesso à educação, mais elas permanecem à margem da sociedade, muitas vezes fadadas a destinos pré-determinados. Tal realidade, por sua vez, se perpetua ao longo de gerações por mais que haja alguns esforços pontuais de reparação.

Por fim, cabe dizer que, embora a discussão acerca da temática ainda esteja muito recente e incerta e a gestão da reabertura escolar seja complexa, é importante que essa esteja orientada de modo a garantir a segurança da comunidade escolar, por meio de um plano de reabertura inclusivo, a partir da escuta de todos/as os/envidados/as, sobretudo os/as próprios/as estudantes, num movimento coordenado com a área da saúde. Além disso, será importante análises do desenvolvimento do cenário que por ora estamos a discutir, sobretudo quando temos o início da vacinação em mente, com o intuito de se aprofundar não só o tema como suas consequências ao longo do tempo.

23. Todos pela educação, Editora Moderna. Op cit. Pp. 14/15.

24. United Nations. Op cit. P. 8.

Referências

Agência Brasil. “Covid-19: maioria dos estados segue sem aulas presenciais”. 21 set 2020. Disponível em <<https://www.jj.com.br/economia/2020/09/102988-covid-19-maioria-dos-estados-segue-sem-aulas-presenciais.html>>.

BARREIRA, Gabriel. “Secretaria de Educação apresenta dois planos de aulas para o ano letivo de 2021 no RJ”. 16 dez 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/16/secretaria-de-educacao-apresenta-dois-planos-de-aulas-para-o-ano-letivo-de-2021-no-rj.ghtml?fbclid=IwAR2a7WLU5cvqCN4j1SQnfApOasXSOa12Jpkj4a2sYRaJKhKUOa1Ssq41f9s>>.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, Oct. 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302009000300003&lng=en&nrm=iso>.

CNN. “Volta às aulas só quando tiver vacina? Especialistas debatem opções de retorno”. 20 set 2020. Disponível em <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/2020/09/20/volta-as-aulas-so-quando-tiver-vacina-especialistas-debatem-opcoes-de-retorno>>.

EL PAIS. “Volta às aulas no mundo tem nervosismo na França, lotação na Espanha e nenhum contágio na China”. 15 set 2020. Disponível em <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-09-15/volta-as-aulas-no-mundo-tem-nervosismo-na-franca-lotacao-na-espanha-e-nenhum-contagio-na-china.html>>.

FIGUEIREDO, Karoline. “Três municípios do Rio de Janeiro suspendem aulas presenciais”. 21 out 2020. Disponível em <<https://www.infoescola.com/noticias/tres-municipios-do-rio-de-janeiro-suspendem-aulas-presenciais-apos-retorno-na-ultima-segunda-feira-19/>>.

G1. “França anuncia toque de recolher nas maiores cidades para conter 2ª onda do coronavírus”. 14 out 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/10/14/com-alta-nos-casos-de-covid-franca-restabelece-estado-de-emergencia-em-todo-o-territorio.ghtml>>.

Redação Desafios da Educação. “Guerra das mensalidades: a saúde financeira das escolas e das famílias”. 08 abril 2020. Disponível em <<https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/guerra-mensalidades-escolas/>>.

Revista Educação. 03 ago 2020. Disponível em <<https://revistaeducacao.com.br/2020/08/03/educacao-brasileira-desigualdade/>>.

SANTOS, Sheyla. “Alunos da rede pública ficam meses sem atividades remotas na pandemia”. 30 ago 2020. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/alunos-da-rede-publica-ficam-meses-sem-atividades-remotas-na-pandemia.shtml>>. Acesso em 01/12/2020.

TENENTE, Luiza. “‘Meu pai não consegue pagar as contas sozinho’: adolescentes cogitam abandonar o ensino médio com a pandemia”. 26 set 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/26/meu-pai-nao-consegue-pagar-as-contas-sozinho-adolescentes-cogitam-abandonar-o-ensino-medio-com-a-pandemia.ghtml>>.

Todos pela educação, Editora Moderna. Anuário Brasileiro de Educação Básica de 2020. Disponível em: <https://www.todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/456.pdf?1969753478/=&utm_source=content&utm_medium=site-todos>. P. 64 e 65.

UNESCO. Situação da educação no Brasil (por região/estado). Disponível em <<https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia/covid-19-education-Brasil>>. Acesso em 01/12/2020.

UNICEF. “Reabertura segura das escolas deve ser prioridade”, alertam UNICEF, Unesco e OpaS/OMS”. 18 set 2020. Disponível em <<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-impressao/reabertura-segura-das-escolas-deve-ser-prioridade-alertam-unicef-unesco-e-opas-oms>>. Acesso em

United Nations. POLICY BRIEF: EDUCATION DURING COVID-19 AND BEYOND. Disponível em <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/08/sg_policy_brief_covid-19_and_education_august_2020.pdf>.

UOL. “RJ suspende aulas presenciais em 12 municípios por covid-19”. 28 nov 2020. Disponível em <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/11/28/rj-suspende-aulas-presenciais-de-escolas-estaduais-em-12-municipios.htm>>. Acesso em 01/12/2020.

A situação do saneamento básico no Brasil: perspectivas para a iniciativa privada e oportunidades na parceria Brasil-China

Pedro Steenhagen

Resumo

O presente artigo tem início com um breve panorama da situação do saneamento básico no Brasil, trazendo dados relevantes sobre o assunto, especialmente durante a pandemia da Covid-19, e focando em aspectos socioeconômicos, de saúde da população, de acesso a água potável e de tratamento de esgotos. Em seguida, ao reconhecer os desafios, inclusive, no que concerne ao cumprimento da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs), aborda as perspectivas para o período pós-pandemia, principalmente, com o lançamento, em julho de 2020, da Lei nº 14.026/20, que atualizou o marco legal do saneamento básico no país. Por fim, examina a possível entrada de novos atores e de investimentos privados no país, bem como o consequente incremento na competitividade, e foca na parceria estratégica global do Brasil com a China, com boas oportunidades no setor e nas relações internacionais.

Palavras-chave: saneamento básico; pandemia da Covid-19; investimentos; Brasil; China.

1. Panorama do Saneamento Básico no Brasil

Entre 1950 e 2000, investimentos em saneamento básico no Brasil foram feitos de maneira pontual em períodos específicos e sem o devido planejamento de longo prazo, resultando no fato que, até 2006, apenas 15% do esgoto gerado nas regiões urbanas dos municípios era tratado.¹ Para além da problemática relativa à escassez de recursos e à falta de financiamento para o setor, historicamente, o país focou quase estritamente na questão do desenvolvimento econômico e rejeitou, ainda que parcialmente, discussões acerca da avaliação dos custos ambientais e sociais.²

Segundo levantamento feito pelo Ministério da Saúde, em pouco mais de cinco anos, mais de R\$1 bilhão foram despendidos por causa de doenças ligadas à existência de um saneamento inadequado.³ Em 2018, houve aproximadamente 487 mil internações (mais de 1.300 por dia) e 533 mil procedimentos ambulatoriais por esse motivo.⁴ Isso não só gera gastos públicos contínuos,

1. LEONETI, Alexandre Bevilacqua; OLIVEIRA, Sonia Valle Walter Borges de; PRADO, Eliana Leão do. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 331-348, mar./abr. 2011. p. 333.

2. *Ibidem*, p. 342.

3. CANCIAN, Natália; LADEIRA, Pedro. Em cinco anos, doenças por falta de saneamento custam R\$1 bi ao SUS. *Folha de São Paulo*, 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/em-cinco-anos-doencas-por-falta-de-saneamento-custam-r-1-bi-ao-sus.shtml>. Acessado em: 29/07/2020.

4. *Idem*.

mas também resulta em graves problemas sociais e de saúde que afetam justamente a população em situação de vulnerabilidade.

A conjuntura é grave. De acordo com o mais recente Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto (2018), elaborado pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), o índice de atendimento total com rede de abastecimento de água no Brasil é de 83,6%, porcentagem que sobe para 92,8% nos centros urbanos.⁵ Em contrapartida, o índice de atendimento total com rede de esgotos é de 53,2% (nos centros urbanos, de 60,9%); o índice médio nacional de tratamento dos esgotos gerados (parcela dos esgotos gerados que é tratada) é de 46,3%; e o índice médio de tratamento dos esgotos coletados (parcela do volume de esgotos tratado em relação ao volume de esgotos coletado) é de 74,5%.⁶

Além das diferenças macrorregionais inerentes a um país de extensões continentais, o Brasil possui desigualdades gritantes em seus maiores centros urbanos, algo que ficou ainda mais claro durante a pandemia gerada pelo novo coronavírus. Em Fortaleza, enquanto um bairro com um alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) conseguiu uma taxa de confinamento de 70% e teve uma taxa de infectados de 6%, com letalidade de 0,5%, uma outra região da capital com baixo IDH, mesmo se atingisse o mesmo nível de isolamento, teria uma taxa de infecção de 16% e o triplo da letalidade.⁷

Indubitavelmente, a Covid-19 avança mais rapidamente e de forma mais letal em populações em situação de vulnerabilidade, tendo em vista fatores que vão desde saneamento básico inadequado nos locais até má nutrição das pessoas, e o sucesso no controle da pandemia dependeria de gestões públicas locais efetivas.⁸ Em contrapartida, em termos de saneamento, não há solução de curto prazo. No caso do Rio de Janeiro, o estado atende apenas 65% de sua população com rede de esgoto e trata somente 31,3% do esgoto gerado.⁹ Nesse contexto, vale mencionar o seguinte:

No Brasil, pesquisas recentes têm comprovado a existência do novo coronavírus na rede de esgoto de grandes cidades. [...]

Em muitos territórios é comum a prática de canalizar o esgoto diretamente para redes de águas pluviais (água da chuva), cuja destinação final ocorre em rios, lagos e mares, o que provoca desequilíbrio ambiental, morte de animais e colapso de ecossistemas. [...]

O esgoto despejado de forma insalubre em fossas, terrenos e até mesmo na porta de casas promove doenças e retira direitos fundamentais dos moradores de periferia – lazer, trabalho, educação, transporte, saúde e qualidade de vida. Não se pode esquecer que há sim uma parcela da população sujeita a maior parte dos riscos associados à falta de saneamento básico. Diante da crise atual, se for comprovada a transmissão fecal-oral e que o esgoto infestado de coronavírus estabelece uma via de contaminação direta, já sabemos qual é o perfil das pessoas que serão mais afetadas. Na subida do morro é diferente.¹⁰

5. BRASIL. 24º Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos. Brasília: Secretaria Nacional de Saneamento/Ministério do Desenvolvimento Regional, 2019. p. 58.

6. Ibidem, p. 59-60.

7. DEUTSCHE WELLE. Desigualdade eleva letalidade da covid na favela, diz estudo. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/desigualdade-eleva-letalidade-da-covid-na-favela-diz-estudo/a-53586352>. Acessado em: 29/07/2020.

8. Idem.

9. SOUZA, Breno. Coronavírus até no esgoto: sem saneamento, favelas têm redução de danos. UOL, 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/06/04/coronavirus-ate-no-esgoto-sem-sanamento-favelas-tem-reducao-de-danos.htm>. Acessado em: 29/07/2020.

10. Idem.

De fato, o panorama hodierno do saneamento básico no Brasil não parece favorável ao combate à pandemia da Covid-19 e tampouco ao cumprimento da Agenda 2030 e de seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).¹¹ O cumprimento de diretrizes básicas de higiene no combate ao novo coronavírus, como lavar as mãos e os alimentos, é prejudicado diante da realidade supra-mencionada e da dificuldade de acesso à água tratada. De acordo com o ODS 6, até 2030, o país deveria, dentre outras metas, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos, granjear o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativo para todos e apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais para melhorar a gestão da água e do saneamento.¹²

2. A Lei 14.026/20 e Perspectivas para a Participação Privada no Pós-Pandemia

Ainda assim, recentemente, o país deu um passo na direção certa. Em 15 de julho do ano corrente, foi promulgada a Lei nº 14.026/20, que atualiza o marco legal do saneamento básico. Ademais, ela estipula, em seu artigo 7º, que altera a redação do artigo 11-B da Lei nº 11.445/07, que os contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico deverão definir metas de universalização que garantam o atendimento de 99% da população com água potável e de 90% com coleta e tratamento de esgotos até 31 de dezembro de 2033.¹³

Uma das principais novidades do texto legal é que ele prevê maior envolvimento de investimentos privados no setor. Dada a arrastada crise socioeconômica no país, ainda mais intensificada pela pandemia, trata-se de importante decisão, que tem o intuito de agilizar os investimentos e, conseqüentemente, beneficiar a população ao longo da próxima década, principalmente daquela parcela mais pobre. Além disso, referidos investimentos teriam a capacidade de melhorar a qualidade dos serviços já prestados e de estimular a retomada econômica do Brasil. Ressalte-se que, principalmente nas regiões que não interessarem à iniciativa privada – o que dependerá, dentre outros fatores, de estudos de viabilidade econômica e de incentivos – o poder público deverá atuar, com o objetivo de atender os interesses de cidadãos em situação de vulnerabilidade e de cumprir com a meta da universalização dos serviços.

Historicamente, o Estado brasileiro tem sido o responsável pelo saneamento básico na maior parte do país, com companhias públicas municipais e estaduais – por vezes, apoiadas pelo governo federal, quando necessário – atuando no setor. De acordo com a nova lei, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) é a autarquia responsável pela instituição de normas de

11. Em 2015, todos os 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um plano de ação que busca incentivar e fortalecer o comprometimento da sociedade internacional para com o desenvolvimento humano e sustentável nos 15 anos seguintes. A agenda contém 17 ODSs e 169 metas, incluindo questões como erradicação da pobreza, saúde e bem-estar, água potável e saneamento, e igualdade de gênero e energia acessível e limpa. Ademais, o novo texto serve como sucessor da Declaração do Milênio, que foi adotada em 2000 e lançou oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

12. ONU BRASIL. Objetivo 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods6/>. Acessado em: 29/07/2020.

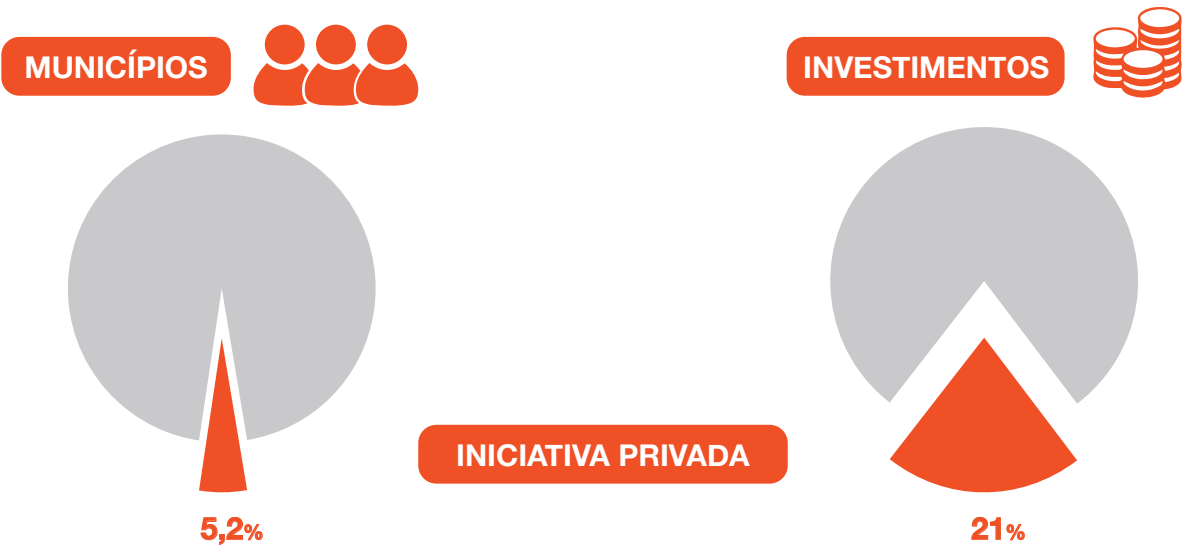
13. BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de Julho de 2020. Brasília, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14026.htm. Acessado em: 30/07/2020.

referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento básico, e o processo licitatório deverá promover uma concorrência aberta entre companhias públicas e sociedades empresárias privadas.¹⁴ Até o advento desse marco legal, aquelas podiam ser contratadas diretamente, sem qualquer processo de concorrência, o que gerava o risco de contratações menos favoráveis, ineficientes e sem metas, indo contra o próprio interesse público.

É certo que, mesmo com a reforma jurídica, as operações no setor ainda terão imensos desafios regulatórios e contratuais, além da necessidade de contínua promoção de uma cultura de integridade e de mecanismos de compliance. Ainda assim, a iniciativa privada, desde antes do novo marco legal, tem-se mostrado um importante ativo no setor, sendo capaz de auxiliar na busca de universalização dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, bem como, consequentemente, de assumir compromissos públicos com a saúde e com o bem-estar da população envolvida.

Segundo dados de 2018 do Sistema de Informações do Segmento Privado do Setor Saneamento (SPRIS), a participação privada tem promovido investimentos sólidos, baseados em contratos com metas estabelecidas (vide gráfico abaixo).¹⁵ Considerada um modelo para o Brasil por possuir concessão privada de serviços de água e de esgoto há 25 anos e por ser o município com mais tempo em operação nesse modelo, Limeira, que se situa no interior de São Paulo e possui pouco mais de 300 mil habitantes, teve seus serviços universalizados em 2011, e o contrato com a BRK Ambiental vai até 2039.¹⁶ Uma outra referência e, desta vez, em uma grande cidade do Estado do Rio de Janeiro, é Niterói. Após 20 anos de concessão à companhia Águas de Niterói, do Grupo Águas do Brasil, 100% da população é abastecida com água tratada e 95% do esgoto é coletado e tratado, índice que antes chegava a apenas 35% do município.¹⁷

Tabela 1: Panorama da participação privada no saneamento



*Considerando todos os contratos, inclusive PPPs. Fonte: SPRIS 2018

14. Idem.

15. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO (ABCON); SINDICATO NACIONAL DAS CONCESSIONÁRIAS PRIVADAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO (SINDCON). Panorama da Participação Privada no Saneamento. 2020. Disponível em: <https://www.saneamentobasico.com.br/wp-content/uploads/2020/08/Panorama2020-baixa-FINAL.pdf>. Acessado em: 30/12/2020. p. 20.

16. Ibidem, p. 37.

17. Ibidem, p. 66.

Como foi possível verificar, o incremento da competitividade com a entrada de novos players no setor e a maior injeção de investimentos privados podem servir como um complemento bem-vindo aos recursos públicos, que, até então, mostraram-se insuficientes para suprir as necessidades do país. Dessa maneira, é importante que, com o novo marco legal, haja um ambiente mais propício e regulado para investimentos privados, algo que até experiências internacionais já demonstraram funcionar. Paris, por exemplo, conta com a participação privada no setor desde o século XIX, e, em 1985, sua região metropolitana fez a concessão por 25 anos, permitindo uma “significativa modernização dos equipamentos e controles, [...] melhoria da qualidade de água distribuída e uma expressiva redução de perdas (de 24% para 4%)”.¹⁸

Em contrapartida, reitera-se: os investimentos privados podem servir como complemento, porém, de forma alguma, deve-se almejar a privatização indiscriminada do setor no Brasil. Ao contrário, trata-se de momento oportuno para a busca de um fortalecimento e de uma gestão e de uma governança mais eficientes dos recursos e dos serviços públicos no país. De qualquer forma, o fato é que, se o ritmo atual de investimentos fosse mantido, e considerando que a densidade demográfica brasileira permanecesse a mesma, seriam necessários pelo menos mais cinquenta anos para o Brasil atingir a universalização dos serviços de saneamento básico.¹⁹ Para piorar, nos últimos anos, tem havido uma queda de investimentos na área; por exemplo, de 2014 a 2017, o montante passou de R\$19,7 bilhões para R\$9,2 bilhões, sendo que a necessidade anual seria de R\$22 bilhões.²⁰

O novo marco legal traz novo arroubo para o futuro do setor. Segundo estimativa da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a normativa proporciona um investimento potencial de R\$23 bilhões somente no Estado, podendo, ainda, gerar mais R\$29 bilhões para a economia fluminense, criar 325 mil empregos e economizar R\$98 bilhões em saúde.²¹ No Brasil, ela deve gerar mais de R\$750 bilhões em investimentos até 2033, conforme estimativas da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon).²² Ademais, o país deve atrair o interesse de grupos internacionais, principalmente da China (China Gezhouba Group Company e China Railway Construction Corporation), da Espanha (Acciona) e da França (Lyonnaise des Eaux).²³

18. Ibidem, p. 84.

19. CANCIAN, Natália; LADEIRA, Pedro. Mantido ritmo, Brasil vai atrasar em 30 anos meta de saneamento universal. Folha de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/10/mantido-ritmo-brasil-vai-atrasar-em-30-anos-meta-de-saneamento-universal.shtml>. Acessado em: 30/07/2020.

20. Idem.

21. VALOR ECONÔMICO. Firjan: Marco do saneamento traz investimento potencial de R\$23 bi. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/07/09/firjan-marco-do-saneamento-traz-investimento-potencial-de-r-23-bi.ghtml?GLBLID=11770a9c889520b8db05e7e0fb71810fa66415578796b-5f5932323872434b763561314d4d7365414c7230617875655859414a3631393970513176745a556d657a664c4d685073615f64345476584a72434e-753964695661566d4c623648314f563876516d5f513d3d3a303a7070737465656e686167656e>. Acessado em: 30/07/2020.

22. OLIVEIRA, João José. Mudança na lei deve atrair China e França para negócios de água no Brasil. UOL, 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/11/saneamento-com-novas-regras-veja-candidatas-a-investir-no-setor.htm>. Acessado em: 30/07/2020.

23. Idem.

3. Oportunidades na Parceria entre Brasil e China

No que concerne à China, especificamente, trata-se de um interesse que não é exatamente recente. Entre 2016 e 2018, companhias chinesas investiram aproximadamente R\$90 bilhões no Brasil, com destaque para os setores de energia elétrica e de O&G.²⁴ Adicionalmente, em maio de 2018, a Gezhoubu já havia comprado os direitos do consórcio do sistema produtor de São Lourenço, responsável pelo abastecimento de água em São Paulo, iniciando a incursão no setor de saneamento básico brasileiro.²⁵

De fato, os investimentos chineses no Brasil têm crescido bastante, e, entre 2007 e 2018, havia um total de 199 projetos, tanto anunciados quanto confirmados.²⁶ Esse crescimento deu-se em quatro fases: até 2010, houve maior interesse em commodities; entre 2010 e 2013, teve foco na área industrial; até 2014, houve importantes investimentos em serviços, com destaque para os bancos chineses; e, a partir de 2014, passou a haver entrada de volumosos investimentos em energia e infraestrutura.²⁷

É verdade que a relação bilateral não está livre de desafios, e um exemplo disso é a necessidade de diversificação da pauta exportadora do lado brasileiro. Um outro exemplo que poderia ser citado é a ainda fraca presença e a estagnação, ao longo da década de 2010, de investimentos brasileiros no País do Meio. Ainda assim, como é possível perceber, a relação bilateral Brasil-China oferece muitas oportunidades, especialmente para o Brasil, que deve lidar com a questão de maneira estratégica, e não ideológica, visando aos interesses nacionais e à constante promoção da importante e histórica amizade entre os dois países.

Em julho de 2020, o embaixador da China no Brasil, Yang Wanming, deixou ainda mais claro o interesse chinês em intensificar investimentos em território brasileiro. Durante um seminário sobre projetos em infraestrutura logística, organizado pela Embaixada da China e pelo Ministério da Infraestrutura, ele mencionou que está otimista com as perspectivas de longo prazo para a parceria sino-brasileira e afirmou, dentre outros pontos, que “é preciso alinhar políticas de crescimento e ampliar o horizonte das cooperações bilaterais em infraestrutura, com apoio e investimento dos dois países na eliminação de barreiras tangíveis e intangíveis”.²⁸ Adicionalmente, o embaixador destacou que o Brasil poderia beneficiar-se da Iniciativa Cinturão e Rota (BRI) e que a Embaixada está à disposição para atuar entre o governo e o empresariado dos dois países.²⁹

Embora não participe oficialmente da Iniciativa Cinturão e Rota – forma abreviada para referir-se ao Cinturão Econômico da Rota da Seda e à Rota da Seda Marítima do Século XXI – o Brasil já

24. HIRATA, Taís. Após investir em energia, chineses miram saneamento básico no Brasil. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/12/apos-investir-em-energia-chineses-miram-saneamento-basico-no-brasil.shtml>. Acessado em: 30/07/2020.

25. Idem.

26. CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. Investimentos chineses no Brasil (2018): o quadro brasileiro em perspectiva global. CEBC, 2019. Disponível em: <https://cebc.org.br/2019/09/23/investimentos-chineses-no-brasil-2018-o-quadro-brasileiro-em-perspectiva-global/>. Acessado em: 30/07/2020.

27. Idem.

28. SILVEIRA, Janaína Camara da. Embaixador da China reafirma comprometimento de longo prazo com o Brasil. Xinhua, 2020. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2020-07/09/c_139199818.htm. Acessado em: 30/07/2020.

29. Idem.

está inserido no radar de investimentos chineses e poderia galgar novos espaços nesse sentido, inclusive na área de saneamento básico. A BRI é uma iniciativa proposta pelo presidente chinês Xí Jínpíng em 2013 e que, originalmente, visava a conectar a Ásia, a Europa e a África, mas que, em 2018, após a realização do II Fórum China-CELAC, passou a incluir a América Latina como extensão natural de sua Rota Marítima.

Seu objetivo é promover planos de desenvolvimento conjuntos e medidas para fazer avançar a cooperação regional e internacional entre os países envolvidos, com base em cinco prioridades: coordenação de políticas; promoção de conectividade e de infraestrutura; estímulo ao comércio; integração financeira; e intercâmbio entre os povos. Ao mesmo tempo, ela não se restringe a isso. Por exemplo, em 2017, a Organização Mundial da Saúde (WHO) e a China assinaram um memorando de entendimento para selar uma cooperação no âmbito da Rota da Seda da Saúde.³⁰

Para além da relação bilateral sino-brasileira, os países participam de plataformas que também oferecem importante potencial de investimento no setor de saneamento básico brasileiro. Em julho de 2020, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), formado pelos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), estava analisando um financiamento de US\$300 milhões à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), operação essa que, inclusive, já foi aprovada na Comissão de Financiamento Externo (Cofix) e será a primeira do banco referente a esse setor no país.³¹ Nesse contexto:

A diretora-geral do escritório regional das Américas do NDB, Cláudia Prates, destaca a “importância de financiamentos em saneamento básico, que geram impactos sociais e econômicos sem precedentes”. Confiante na atração de investimentos decorrentes do novo marco regulatório, ela avalia que, diante da complexidade do setor e das necessidades do país, projetos de saneamento não terão modelo único de financiamento.

“O montante a ser investido é enorme, e será necessário o esforço conjunto de bancos de desenvolvimento, bancos multilaterais, bancos privados e da emissão de debêntures de infraestrutura, que também estão mudando o seu marco, visando ampliar o leque de investidores e trazendo fundos de pensão que possam contribuir com funding de qualidade”, afirma a executiva do NDB. [...] Cláudia lembra que o esforço para melhorar as condições de saneamento no país passa também pelo investimento das estatais, que precisarão fazê-lo até serem licitadas. “Teremos, então, investimentos tanto em empresas estaduais quanto nas novas concessões”.

O NDB já sente a tendência de expansão da demanda. Além do projeto da Sabesp, tem em análise outra operação de saneamento, de empresa privada. Cláudia não dá detalhes, mas garante que em 2021 a carteira vai “crescer bastante”, puxada também pela demanda de estatais, que aguardavam a aprovação do marco regulatório do setor, e que, diante da queda nas receitas e do aumento da inadimplência, decorrente da crise, esperam a pandemia passar.³²

30. XINHUA. China e a OMS construirão Rota da Seda “saudável”. 2017. Disponível em: http://portuguese.xinhuanet.com/2017-01/19/c_135994881.htm. Acessado em: 30/07/2020.

31. FERRARI, Livia. NDB, o banco do Brics, analisa operação no setor. Valor Econômico, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2020/07/31/ndb-o-banco-do-brics-analisa-operacao-no-setor.ghtml?GLBID=18180fc4ecd8e7fb89c08210820f27de52d765231775a5f5f48612d6479764b-434456726d4a344a73713277416b4c5a416c615f715f4b554e6670416f6d4f4a4b494941487350575354355661523162613753464f62505773725551382d6a-53647951654142413d3d3a303a7070737465656e686167656e>. Acessado em: 30/12/2020.

32. Idem.

Meses depois, em dezembro, Cláudia Prates voltou a tocar no assunto, afirmando que, em 2021, o NDB deve conceder empréstimos de até US\$2 bilhões ao Brasil para financiar, principalmente, projetos de infraestrutura, com o banco tendo, como um de seus grandes focos, a área de saneamento.³³ Entre 2015 e 2019, o Brasil tinha 8% da carteira do banco e, em 2020, atingiu quase 20% de seu portfólio,³⁴ um crescimento que se espera manter para os próximos anos, especialmente após o brasileiro Marcos Troyjo ter sido eleito e assumido a presidência do NDB em 2020.

4. Conclusão

O centro de poder global e as oportunidades para atração de investimentos encontram-se cada vez mais na Ásia e, particularmente, na China. Em um contexto de lançamento do novo marco legal do saneamento básico brasileiro, que prevê um maior envolvimento de investimentos privados no setor, faz-se imperativa a construção de uma melhor estratégia do Brasil para a sua relação com a China, tanto no âmbito público quanto no privado.

Durante e após a pandemia, em vez de distanciar-se dos processos decisórios de grupos internacionais e de seu principal parceiro comercial e um dos principais investidores por meio de

discursos xenófobos em troca de uma aliança automática pouco frutífera com os Estados Unidos, o Brasil deve focar nas vantagens que tem a oferecer de maneira pragmática e montar uma estratégia efetiva para aproveitar ao máximo a parceria estratégica global que tem com a China desde 2012 e as plataformas internacionais nas quais participa em conjunto com o País do Meio. Nesse caso, certamente aproveitaria melhor as oportunidades de investimentos que surgirem. Afinal, o Brasil, assim como outros países latino-americanos, possui grande déficit em infraestrutura, o que engloba também o setor de saneamento básico e impacta negativamente o oferecimento de serviços públicos de qualidade.

A pandemia da Covid-19 apenas reforça a relevância da agenda supracitada, dadas as suas evidentes implicações para a saúde pública. A corrente situação do saneamento básico no Brasil é preocupante e desafiadora, já que se trata de uma divisão com enorme déficit de investimentos e que envolve uma miríade de áreas temáticas; todavia, apresenta oportunidades interessantes para o desenvolvimento da infraestrutura e da regulação no setor e para a melhora dos índices de acesso e tratamento de água e de esgoto no país, o que impacta diretamente a vida de milhões de brasileiros, principalmente aqueles em maior situação de vulnerabilidade.

A Lei 14.026/20, por si só, não fará milagres para atingir as metas estabelecidas, cabendo ao governo brasileiro, à União, aos Estados, aos Municípios, ao setor privado, à sociedade civil e a suas organizações construir planos conjuntos de longo prazo, alinhar interesses e buscar caminhos construtivos de cooperação, para melhorar o panorama sanitário atual. Esse será o real desafio brasileiro para o futuro.

33. G1. Banco dos Brics espera emprestar até US\$ 2 bilhões ao Brasil em 2021. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/12/21/banco-do-brics-esperar-emprestar-ate-us-2-bilhoes-ao-brasil-em-2021.ghtml>. Acessado em: 30/12/2020.

34. Idem.

Covid-19 x população LGBTQ+: desigualdades e vulnerabilidades exacerbadas na pandemia

Lucas Moretzsohn

Resumo

O presente artigo analisa um conjunto de impactos negativos da pandemia da covid-19 sobre a população LGBTQ+ em diferentes países, incluindo o Brasil. A partir de pesquisas e dados compilados por organizações da sociedade civil que atuam em prol dessa comunidade, efeitos prejudiciais da atual crise foram constatados, como o acesso precário aos sistemas de saúde, a devastação dos meios de subsistência, o risco ampliado de hostilidade com novas regras de convívio social, a piora na saúde mental e a ameaça à sobrevivência organizacional desse segmento social. Além de detalhar esses tópicos, este trabalho aponta orientações a serem implementadas para garantir o devido suporte a essas pessoas ainda mais fragilizadas diante do contexto imposto pela disseminação da covid-19.

1. Introdução

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente a disseminação da covid-19 como uma pandemia. Mesmo diante das diferentes respostas adotadas por governos ao redor do mundo desde então, o horizonte de controle do Sars-Cov-2 em âmbito global ainda é incerto em meio aos esforços e avanços que vem sendo desenvolvidos para encontrar formas eficazes de prevenção e/ou cura. Um aspecto claro deste cenário desde o início é o potencial aprofundamento de desigualdades sociais e econômicas como impacto da pandemia. Ainda que todos estejam sujeitos e expostos ao novo vírus, determinados grupos sociais marginalizados tendem a ficar ainda mais vulneráveis em tempos de crise.

Entre esses segmentos, está a comunidade de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer (LGBTQ+), uma parcela da população que já vivencia cotidianamente níveis elevados de violência, exclusão, discriminação, estigma e criminalização. É possível dizer que esse grupo social enfrenta o que se chama de “contínuo de violência”, que afeta desproporcionalmente essa população antes, durante e depois de contextos de crise, justamente como o mundo se depara agora com a covid-19.

A experiência de violência contra a comunidade LGBTQ+ ao redor do mundo é heterogênea e isso não tem sido diferente no contexto atual. Não só algumas identidades de gênero e orientações sexuais tendem a sofrer mais do que outras, como também os níveis de insegurança e exclusão social vivenciados tendem a ser exacerbados a partir da intersecção de outras características como classe, etnia, origem, idade, religião, etc.

Não por acaso, a Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, Michelle Bachelet, pediu em abril deste ano que os governos adotem medidas de proteção direcionadas especificamente à comunidade LGBTQ+ durante a pandemia, posto que “em países onde relações homoafetivas são criminalizadas ou pessoas transexuais são alvos, essas pessoas nem mesmo buscam tratamento com medo de serem presas ou sujeitas à violência”.²

Diante da tendência histórica da falta de acompanhamento e de prestação de assistência a essa população por meios governamentais durante crises sanitárias e humanitárias e de dados oficiais sobre isso, somente é possível ter alguma compreensão dos efeitos da pandemia sobre esse grupo graças à mobilização de organizações da sociedade civil e de relatos registrados pela mídia internacional, como será exposto adiante¹.

Constata-se que este grupo vem sofrendo com o acesso precário aos sistemas de saúde; a devastação dos seus meios de subsistência; o risco de hostilidade com novas regras de convívio social; a piora na saúde mental e a ameaça à sobrevivência organizacional da comunidade LGBTQ+. A partir do detalhamento de cada um desses tópicos na próxima seção, este artigo se propõe, em seguida, a apontar orientações a possíveis apoiadores dessa parcela fragilizada e marginalizada da população global.

2. Os efeitos da pandemia da COVID-19 na comunidade LGBTQ+

2. 1) Acesso precário aos sistemas de saúde

Alguns pontos relacionados a condições de saúde e ao acesso a serviços sanitários pela população LGBTQ+ causam preocupação em meio à crise da covid-19. A declaração conjunta A/HRC/44/NGO/65, apresentada ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em junho deste ano por 187 organizações da sociedade civil, sustenta que a população LGBTQ+ registra níveis mais elevados de algumas condições de saúde pré-existentes que podem complicar possíveis quadros da covid-19³, o que indica um risco mais alto para essas pessoas do que para a população em geral. Entre tais comorbidades com maior incidência na comunidade LGBTQ+, estão o consumo mais intenso de tabaco e taxas mais altas de casos de asma, mas também doenças como diabetes e AIDS⁴, que fragilizam ainda mais o sistema imunológico em alguns casos.

A insegurança sentida por pessoas LGBTQ+ em serviços de saúde é outro aspecto que chama atenção. O medo da discriminação faz com que essas pessoas evitem ou demorem a procurar ajuda, incluindo para fazer exames de diagnóstico e/ou sorologia. Normalmente, pessoas LGBTQ+ já sofrem com estigmas, recusa de atendimento e violações de confidencialidade em

1. Vale esclarecer que as fontes usadas neste artigo fazem referência ao universo de pessoas LGBTQ+ que supostamente se identificam com essa parcela da população, sem fazer distinção explícita com a categoria chamada de homens que fazem sexo com homens (HSH), que não necessariamente se considera parte da comunidade LGBTQ+ e que, portanto, acaba não sofrendo necessariamente os impactos da pandemia da covid-19 na mesma intensidade que indivíduos do segmento-alvo deste trabalho.

serviços de saúde⁵. Relatos dessa resistência em procurar ajuda médica podem ser encontrados em países como Rússia, Uganda, Belize, El Salvador e Brasil, conforme o relatório da OutRight International⁶, que se baseou em entrevistas com pessoas LGBTQ+ no mundo todo ao longo dos primeiros meses da pandemia.

Além disso, uma consequência da pandemia que gera um alerta para a população LGBTQ+ é a suspensão de serviços de saúde considerados não-essenciais. Diante do fechamento de clínicas comunitárias e organizações que prestam apoio médico voltado à comunidade LGBTQ+, aumentou a dificuldade de acesso a medicamentos para tratamento de doenças como a AIDS, bem como a tratamentos hormonais essenciais para afirmação de gênero de pessoas transexuais. Projeções da OMS e da UNAIDS indicaram, inclusive, que a suspensão de seis meses de tratamento antirretroviral poderia causar a morte de até 500 mil pessoas por doenças relacionadas à AIDS⁷.

2. 2) Devastação dos meios de subsistência

As dificuldades econômicas da população LGBTQ+ se acentuaram ainda mais com a imposição de medidas de confinamento social obrigatório e com a interrupção de vários setores econômicos, principalmente o de serviços. A população LGBTQ+ se concentra majoritariamente no setor informal, duramente afetado pelo isolamento social⁸. No Brasil, ao menos 44,3% das pessoas dessa comunidade tiveram as atividades profissionais paralisadas por causa do isolamento social⁸, segundo pesquisa do coletivoVote LGBT. Com isso, enfrentam mais obstáculos para acessar certos serviços e benefícios sociais devido à perda da renda. É importante destacar, no entanto, que a sub-representação da população LGBTQ+ no mercado de trabalho formal é uma questão que historicamente afeta essas pessoas, muito antes da pandemia.

A referida pesquisa, feita com mais de 10 mil pessoas LGBTQ+, também mostra que 40% dos entrevistados e 53,35% dos entrevistados transexuais não conseguem sobreviver sem renda por mais de um mês.

Neste sentido, o acesso ao auxílio financeiro fornecido pelo governo brasileiro tem sido uma questão crucial. Ainda não há dados oficiais divulgados sobre o alcance da política emergencial voltada especificamente a essa população, mas estima-se que cerca de 60% da população trans “não teve garantido o acesso à renda básica emergencial, nem a qualquer outro benefício na esfera governamental”⁹. No Brasil, transexuais tiveram dificuldade para receber a ajuda financeira de R\$ 600 ao preencher o cadastro com o nome social e o serviço governamental indicar incompatibilidade com os dados registrados, já que os sistemas para alteração do nome social não são integrados¹⁰. Como o cenário de controle da pandemia ainda se mostra instável no país e o benefício circunstancial tem prazo final previsto para dezembro deste ano, a situação tende a piorar para esses indivíduos.

A dificuldade de acessar programas governamentais extraordinários não se restringe ao Brasil. Nas Filipinas, casais homoafetivos relataram que não conseguiram se enquadrar na definição tradicional de “família” para receber ajuda alimentícia, enquanto no Sri Lanka parte dos departamentos de polícia ficou encarregada de distribuir refeições, o que afastou a população LGBTQ+ por medo de tratamento discriminatório e/ou violento pelas autoridades¹¹.

Um levantamento do portal Universa indica que apenas seis entre todos os estados brasileiros implementaram medidas em relação às necessidades dessa população através do poder público: Alagoas, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Pará e Tocantins. As ações coordenadas por diferentes secretarias estaduais e respectivos parceiros locais vão desde entregar cestas básicas e kits higiênicos e criar abrigos e centros de acolhimento até ampliar o diálogo com lideranças LGBTQ+ para aprimorar o atendimento e fortalecer o monitoramento e a resposta a casos de LGBTQfobia¹².

É preciso destacar também a vulnerabilidade econômica de trabalhadores do sexo. Diante da falta de oportunidade profissional e educacional, muitas pessoas LGBTQ+, principalmente transexuais, buscam a prostituição como meio de sobrevivência financeira. No Brasil, cerca de 90% da população trans recorre a essa atividade¹³. Com as restrições de movimento e circulação, esse tipo de serviço foi diretamente afetado e passou a prevalecer para essas pessoas o dilema entre sair de casa para ganhar dinheiro sob exposição à covid-19 ou aderir ao isolamento e perder a fonte de renda essencial.

2. 3) Risco de hostilidades com novas regras de convívio social

Em tempos de pandemia da covid-19, ficar em casa pode trazer a ideia de segurança pela redução da exposição ao vírus, mas nem sempre é o caso para a comunidade LGBTQ+. Para muitas dessas pessoas, o confinamento pode representar a convivência forçada em ambientes hostis de preconceito e falta de apoio. Sobretudo em casos de perda da renda e da independência financeira, muitas pessoas deste grupo se veem obrigadas a voltar às casas das respectivas famílias, onde muitas vezes não encontram um local de acolhimento com parentes que não os aceitam e nem respeitam suas orientações sexuais e identidades de gênero diferentes de padrões binários de masculino e feminino heterossexuais.

Não bastasse o preconceito dentro de casa, em países da América Latina, há casos de governos que optaram por implementar restrições de movimento com base no gênero, determinando que homens e mulheres pudessem sair de casa em dias alternados. Ainda que a proposta, adotada por países como Panamá, Peru e Colômbia (em Bogotá e Cartagena), vise reduzir o volume de pessoas nas ruas e possíveis aglomerações, é uma ideia que exclui a variedade de identidades de gênero e orientações sexuais existentes para além da binariedade masculino/feminino baseada no sexo biológico e amplifica as possibilidades de ataques LGBTQfóbicos e discriminação, como relatado por diferentes veículos de imprensa^{14 15 16}.

Além disso, persiste na pandemia da covid-19 a tentativa infundada de encontrar culpados, como geralmente acontece em crises sanitárias. A comunidade LGBTQ+ não ficou de fora de narrativas de grupos conservadores e religiosos de usar essa parcela da população como bode expiatório, principalmente em países onde a homoafetividade é criminalizada.

Relatos de culpabilização foram registrados em países como Gana, Guiana, Quênia, Libéria, Rússia, Ucrânia, Estados Unidos e Zimbábue¹⁷. Em Uganda, o governo usou o poder de controlar a circulação das pessoas como prerrogativa para fortalecer a repressão contra pessoas LGBTQ+. A polícia local prendeu 23 pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero em

um abrigo em Kampala, sob acusação de que o grupo “agiu de forma negligente para provavelmente espalhar a infecção” da covid-19¹⁸. Já em Israel, repercutiu negativamente a declaração LGBTQfóbica do rabino Meir Mazzur, que afirmou que a epidemia da covid-19 é um castigo divino por causa das paradas do orgulho LGBTQ+¹⁹. São evidências de que grupos sociais têm usado a pandemia para justificar a disseminação de hostilidades contra a população LGBTQ+, sem nenhum fundamento, motivado apenas por preconceito e discriminação.

2. 4) Piora na saúde mental

Toda essa estigmatização e hostilidade amplificada contra a população LGBTQ+ tem impacto significativo na saúde mental dessas pessoas. As medidas de isolamento social e a convivência forçada em ambientes possivelmente hostis têm efeito muito negativo, aumentando relatos de ansiedade, depressão, sentimento de solidão, desconforto, memórias traumáticas e o risco de violência física e psicológica. Além disso, o isolamento social afastou pessoas LGBTQ+ dos centros e redes de apoio – locais e grupos de extrema importância para a sobrevivência e a saúde mental, principalmente das pessoas transexuais, que fortalecem os laços entre si e também com aliados e parceiros.

Antes mesmo da crise da covid-19, pesquisas já indicavam que problemas ligados à saúde mental, como ansiedade e depressão, afetariam a população LGBTQ+ em níveis mais elevados do que a população geral, como é o caso no Brasil. Enquanto 5,8% da população brasileira geral sofre de depressão e 9,3% sofre de transtorno de ansiedade, segundo dados da Associação Brasileira de Familiares e Amigos de Portadores de Transtornos Afetivos (ABRATA), 28% das pessoas LGBTQ+ relatam ter o diagnóstico de depressão antes do isolamento social. Destes, 47% chegaram a desenvolver quadros depressivos graves²⁰.

Já durante a pandemia, a Vote LGBT indica que 42,72% dos entrevistados relataram o aumento de problemas ligados à saúde mental como o maior impacto da pandemia e 54% das pessoas LGBTQ+ afirmaram precisar de apoio psicológico. As causas apontadas pelos entrevistados são justamente as novas regras de convívio social (16,6%); a convivência familiar (10,9%) e o sentimento de solidão (11,7%), pelo distanciamento das redes de apoio²¹. Relatos da Rússia, Nigéria, Estados Unidos, Nova Zelândia, Filipinas, África do Sul e Santa Lúcia compilados pela OutRight International²² indicam que essas experiências são compartilhadas ao redor do mundo.

2. 5) Ameaça à estrutura organizacional do ativismo LGBTQ+

Por fim, mas não menos importante, a pandemia da covid-19 apresenta riscos à sobrevivência das organizações que apoiam concretamente à população LGBTQ+. Entre as principais ameaças, está a redução e/ou suspensão das atividades de centros de apoio e casas de acolhimento LGBTQ+ principalmente devido ao isolamento social obrigatório na tentativa de evitar o contato físico e aglomerações. Ainda que parte desses grupos tenha transferido, dentro do possível, atividades, comunicações e eventos para o ambiente online, a ajuda real às pessoas mais vulneráveis e em maior necessidade deste grupo fica reduzida e distante, posto que muitas delas não têm acesso à internet.

Prevalece também o medo da perda do investimento de doadores, seja através de recursos financeiros e/ou materiais. Ativistas em países como Quênia, Sérvia, Rússia e Jordânia relatam o receio de que a crise fará com que apoiadores institucionais revejam fundos e doações, com a possibilidade de reformulação de projetos para destinar tais concessões a outros propósitos mais emergenciais durante a pandemia da covid-19²³.

Também é importante destacar que, além do trabalho contínuo de campo para apoiar a comunidade LGBTQ+, a pandemia também afeta diretamente o trabalho de incidência política que os movimentos ativistas exercem. Casos na Libéria, Quênia, Letônia e Bélgica mostram que várias organizações suspenderam ou reduziram significativamente os esforços de advocacy para avançar com leis e/ou políticas públicas voltadas às demandas do segmento.²⁴

Com os riscos expostos, a estrutura organizacional de apoio à causa e comunidade LGBTQ+ se vê fragilizada diante das urgências desenhadas pela pandemia da covid-19. O que permanece é a resiliência dessas organizações, que se mobilizam como podem para arrecadar fundos e doações, seja através de financiamento coletivo, festivais culturais online, parcerias com empresas e instituições que atuam com serviços ou produtos voltados à essa população, etc.

3. Considerações finais

A partir do contexto apresentado até aqui em meio à pandemia da covid-19, fica clara a necessidade da adoção de medidas segmentadas para incluir a população LGBTQ+ nas ações de resposta à crise. Quando se olha à frente, os riscos de uma possível segunda onda no Brasil diante do controle ainda instável do quadro nacional da covid-19, pode-se dizer que este grupo social tende a continuar fragilizado. A previsão de término do auxílio emergencial também aprofunda a situação de abandono e vulnerabilidade esperada.

Não há no Brasil uma política centralizada de apoio específico à comunidade LGBTQ+. Este grupo conta principalmente com a mobilização da sociedade civil descrita em exemplos no tópico acima. A ação do Estado, a exemplo das secretarias estaduais mencionadas anteriormente, seria fundamental em um cenário de segunda onda.

Trata-se, minimamente, de garantir o acesso à comunidade LGBTQ+ aos benefícios sociais e financeiros através de canais específicos e pressionar por ações públicas e privadas inclusivas a favor dessas pessoas, de modo a assegurar que elas não sejam vítimas da exclusão e do preconceito em meio a uma crise humanitária desta proporção.

4. Referências

1. #VOTELGBT. “Diagnóstico LGBT+ na pandemia”. São Paulo, 28 de junho de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3f0elrw>>. Acesso em 16 de outubro de 2020.
2. ESCRITÓRIO DA ALTA COMISSÁRIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA DIREITOS HUMANOS. “COVID-19: Targeted actions needed to protect LGBTI people amid pandemic – Bachelet”, Genebra, 17 de abril de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/38xtmyA>>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.
3. INTERNATIONAL PLANNED PARENTHOOD et al. “The impacts of covid-19 outbreak on LGBTI persons’ human rights”. Genebra, 23 de junho de 2020, símbolo A/HRC/44/NGO/65. Declaração conjunta apresentada ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Disponível em: <<https://bit.ly/38PAgBv>>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.
4. HUMAN RIGHTS CAMPAIGN FOUNDATION. “The lives and livelihoods of many in the LGBTQ community are at risk amidst covid-19 crisis”. Washington D.C., 20 de março de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3gvvfX>>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.
5. OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL. “Vulnerability amplified: the impact of the covid-19 pandemic on LGBTIQ people”, p. 33. Nova York, 07 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2O1Xnxa>>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.
6. *ibid*
7. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. “Covid-19: interrupções em serviços de HIV podem causar 500 mil mortes adicionais por AIDS”. Genebra, 13 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/38yTwRO>>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.
8. #VOTELGBT. “Diagnóstico LGBT+ na pandemia”. São Paulo, 28 de junho de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3f0elrw>>. Acesso em 16 de outubro de 2020.
9. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). “Boletim nº 03/2020. Assassinato contra travestis e transexuais em 2020”, p. 6. Rio de Janeiro, 25 de junho de 2020. Disponível em <<https://bit.ly/3f9RkDe>>. Acesso em 17 de novembro de 2020.
10. SOUPIN, Elisa. “Pandemia de LGBTfobia”. Uol Universa, Rio de Janeiro, 17 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/31RMoP4>>. Acesso em 16 de outubro de 2020.
11. OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL. “Vulnerability amplified: the impact of the covid-19 pandemic on LGBTIQ people”, p. 24 e 25. Nova York, 07 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2O1Xnxa>>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.
12. SOUPIN, Elisa. “Pandemia de LGBTfobia”. Uol Universa, Rio de Janeiro, 17 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/31RMoP4>>. Acesso em 16 de outubro de 2020.
13. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). “Boletim nº 03/2020. Assassinato contra travestis e transexuais em 2020”, p. 6. Rio de Janeiro, 25 de junho de 2020. Disponível em <<https://bit.ly/3f9RkDe>>. Acesso em 17 de novembro de 2020.

14. ARENALES, María García. “América Latina, única región en el mundo que restringe la movilidad por género en plena pandemia”. La Diaria, Montevideu, 16 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/31O83r8>>. Acesso em 14 de outubro de 2020.

15. MOHAN, Megha. “Coronavirus: They grabbed my breasts and said: ‘You’re not a woman’”. BBC, Londres, 14 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://bbc.in/3e2cAZt>> Acesso em 14 de outubro de 2020.

16. RAÇA E IGUALDADE. “Raça e Igualdade organizou um webinar para ativistas compartilharem os efeitos do covid-19 na população LGBTI na América Latina com o especialista independente da ONU em Oritenação Sexual e Identidade de Gênero”. Disponível em <<https://bit.ly/2UxQfvx>>. Acesso em 16 de novembro de 2020.

17. OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL. “Vulnerability amplified: the impact of the covid-19 pandemic on LGBTIQ people”, p. 52. Nova York, 07 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2O1Xnxa>>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

18. GHOSHAL, Neela. “Uganda LGBT shelter residents arrested on covid-19 pretext”. Human Rights Watch, Washington D.C., 3 de abril de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2BMtaiW>>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

19. TIMES OF ISRAEL. “Israeli rabbi: Coronavirus outbreak is divine punishment for gay pride parades”. Jerusalém, 8 de março de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3f03ttL>>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

20. #VOTELGBT. “Diagnóstico LGBT+ na pandemia”. São Paulo, 28 de junho de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3f0elrw>>. Acesso em 16 de outubro de 2020.

21. *ibid.*

22. OUTRIGHT ACTION INTERNATIONAL. “Vulnerability amplified: the impact of the covid-19 pandemic on LGBTIQ people”, p. 45-49. Nova York, 07 de maio de 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2O1Xnxa>>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

23. *ibid*, p. 61-62.

24. *ibid*, p. 61

O espaço entre nós: pandemia, direitos humanos e a imagem internacional do Brasil

Yasmin Paes e Vitoria Kavanami

Resumo

O choque provocado pelo novo coronavírus tem colocado desafios sem precedentes aos governos ao redor do mundo. Enquanto diversos países se prontificaram a seguir as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e estabelecer regimes quarentenários para conter o avanço da pandemia de COVID-19, o Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro tem enfrentado grandes dificuldades, chegando a ser o segundo país com maior número de casos no mundo. Ao passo em que o vírus se alastra pela região, a crise é evidenciada não apenas na área da saúde, mas também escancarando graves violações aos direitos humanos.

O Brasil, antes tido como referência em saúde pela comunidade internacional, hoje se encontra sob a administração de um presidente que adota uma postura anticientífica, combativa e negacionista diante da pandemia. Junto a Bolsonaro, outros líderes também ignoram a gravidade da crise, formando a “Aliança dos Avestruzes”. Assim, este artigo pretende analisar a resposta do governo e a política externa brasileira neste cenário com o objetivo de avaliar seus efeitos para a imagem internacional do país.

1. A pandemia e as violações de direitos humanos no Brasil

A América do Sul foi declarada em coletiva da OMS como o novo epicentro da pandemia em meados de maio¹ e, alguns meses depois, ainda enfrenta um cenário distante de melhorar. Se os obstáculos já são enormes para o restante do mundo, aqui, eles se amplificam pela dificuldade em equilibrar medidas para conter a propagação do vírus com a gestão da economia em um cenário que abriga realidades diversas. Enquanto o Norte Global recorre ao Estado para combater a crise, os países da região não podem depender tão facilmente dos gastos fiscais sem arriscar a depreciação da moeda e, conseqüentemente, um aumento no valor da dívida externa.

Junto a isso, os impactos da pandemia evidenciam as comorbidades históricas da região, como a profunda desigualdade social, a ausência ou precariedade no acesso a água potável e saneamento básico, e as altas taxas de informalidade do trabalho. Todos esses fatores, que historicamente fazem parte do cotidiano de milhares de pessoas, contribuem não somente para aumentar o risco das populações vulneráveis – impedidas de tomar medidas básicas de prevenção – mas também coloca desafios para as soluções buscadas pelos governos. Nesse contexto, as práticas de distanciamento físico e a permanência em casa não são opções viáveis a todas as realidades.

1. Coletiva disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=thPbj9hrIZs> (acesso em 17 de out. de 2020)

Em vista disso, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou em 10 de abril a Resolução 1/2020 intitulada “Pandemia e Direitos Humanos nas Américas”. O documento chama atenção para a necessidade de adotar medidas que não só previnam o contágio, mas que garantam a plena vigência dos direitos humanos. Isso se faz relevante em virtude dos possíveis abusos e violações que podem ser cometidos e agravados em nome do combate à pandemia, atingindo a sociedade como um todo, mas especialmente grupos em situação de vulnerabilidade como idosos, mulheres, afrodescendentes, LGBTIs, encarcerados, migrantes, povos nativos das florestas, população em situação de rua, trabalhadores informais, dentre outros (CIDH, 2020).

Apesar dessas adversidades, a grande maioria dos Estados sul-americanos foram rápidos em implementar medidas significativas em resposta à fase inicial da crise, como no caso da Argentina que adotou a obrigatoriedade de isolamento horizontal e do uso de máscaras. No entanto, quando analisamos o caso brasileiro, vemos que a situação diverge drasticamente, sobretudo na narrativa escolhida e nas medidas – adotadas ou não – pelo presidente Jair Bolsonaro para lidar com a crise de saúde pública.

Partindo de uma postura negacionista, Bolsonaro tem mostrado uma grande ineficiência ao gerenciar a pandemia no país. Antes mesmo do vírus desembarcar em solo brasileiro, o presidente já relativizava o impacto da doença em inúmeras declarações públicas e atacava a imprensa por promover histeria na sociedade (ALBUQUERQUE; SANTOS, 2020). Desde que o primeiro caso foi confirmado no país, em 26 de fevereiro, e posteriormente com o estágio de transmissão comunitária declarado em março, medidas dissonantes do restante do mundo e dos protocolos sanitários internacionais têm sido adotadas pelo governo. O que podemos perceber é que a sobrevivência e a manutenção da economia ganham centralidade nessa narrativa, em detrimento do cuidado imediato com a população.

A campanha publicitária “O Brasil Não Pode Parar”, que incentivava o fim das práticas de isolamento e o retorno das atividades econômicas, foi uma dessas medidas. Soma-se a isso, a elaboração de um novo protocolo médico que passou a autorizar a prescrição generalizada de cloroquina e hidroxiclороquina para o tratamento de sintomas leves do coronavírus, mesmo sem a eficácia cientificamente comprovada dos medicamentos. Ainda, o baixo nível de investimento do governo no combate à pandemia evidenciado pela não utilização da totalidade das verbas liberadas para o Ministério da Saúde² e na queda nos repasses para Estados e municípios, trouxeram à tona a perversidade do governo atual que parece atuar com base em uma “política de morte”. Algo que, em grande medida, explica a trajetória ascendente da curva de contágio e que, na ausência de uma vacina, parece estar longe de diminuir.

Junto a tentativa de manipulação dos dados e a falta de transparência do governo com a mudança na metodologia de coleta e divulgação dos casos de contaminação e óbitos, no âmbito interno, a crise sanitária foi acompanhada pela manifestação de uma crise política (ALBUQUERQUE; SANTOS, 2020). Em um momento que pede coordenação, o governo também parece ir em sentido oposto, travando inúmeros embates com autoridades estaduais e integrantes do próprio gabinete. Fato este que fica evidente no Ministério da Saúde, com as sucessivas trocas de Minis-

2. Segundo a denúncia feita pelo Ministério Público Federal em junho, apenas 6,8% do orçamento previsto havia sido implementado. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/df/sala-de-imprensa/noticias-df/covid-19-mpf-abre-inquerito-para-investigar-execucao-orcamentaria-de-combate-a-pandemia> (acesso em 20 de out. de 2020)

tros e a reformulação do seu quadro técnico – passando a contar com um crescente número de militares em cargos-chave da pasta – sob tutela do atual Ministro, o general Eduardo Pazuello.

Com a triste marca alcançada de mais de 160.000 vidas perdidas, até o momento o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking mundial de óbitos pelo coronavírus e a terceira colocação em número de contaminados³. O que fica claro nas Américas, e em especial em nosso país, é que a pandemia não faz suas vítimas apenas pelo fator da idade, mas pela classe social⁴, aprofundando as distâncias subjetivas entre quem vive e quem morre. Diante de uma postura de omissões no combate à pandemia, é necessário reconhecer que as ações praticadas pelo presidente Jair Bolsonaro têm agravado e violado a situação dos direitos humanos no país, reforçando o alerta feito pela CIDH.

De maneira similar, a pandemia também tem sido utilizada como pretexto para gerar retrocessos nas legislações migratórias e ambientais. Como mostra o boletim produzido pela Conectas, durante a pandemia o governo federal editou diversas portarias regulamentando o controle de fronteiras. Partindo inicialmente de uma necessidade justificada de conter a propagação da doença, as portarias tinham um caráter direcionado, tratando apenas da restrição a entrada de não nacionais de determinados países e de modalidades específicas de trânsito. No entanto, essa situação mudou e passou a adotar um caráter desproporcional e discriminatório com migrantes advindos da Venezuela (DIREITOS NA PANDEMIA, 2020). Em contrapartida, os estadunidenses não sofreram com restrições migratórias e voos provenientes dos Estados Unidos continuaram a pousar em aeroportos brasileiros, mesmo sendo o país com mais casos da doença no mundo.

Após a divulgação do vídeo em que o Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles explicita o uso da pandemia como cortina de fumaça para flexibilizar as regras de proteção e conservação ambientais, ficam evidentes também violações ambientais. Na prática, isto se traduz no forte aumento do desmatamento na Amazônia em 2020, seguindo a tendência de 2019, e na alta da quantidade de focos de incêndios no Pantanal. Algo que coloca sob ameaça a existência de populações indígenas e quilombolas cujo modo de vida depende material e simbolicamente das florestas e que já se encontram perturbadas pelos riscos do coronavírus.

Em decorrência desses acontecimentos, organizações da sociedade civil e partidos políticos se mobilizaram e protocolaram diversas denúncias ao Tribunal Penal Internacional (TPI). O presidente Jair Bolsonaro foi acusado de cometer crimes contra a humanidade ao contribuir para o alastramento da epidemia, ampliar a mortalidade da doença, e incitar ao genocídio dos povos indígenas com ataques sistemáticos aos direitos socioambientais (DIREITOS NA PANDEMIA, 2020). Ainda, após a publicação do relatório do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, o governo brasileiro foi convidado em setembro para explicar suas medidas controversas no combate a pandemia perante a comunidade internacional⁵. Aprofundando também, o distanciamento brasileiro da imagem de respeito que um dia ocupou nas instituições multilaterais.

3. Dados notificados à OMS no período de 03 de janeiro à 8 de novembro, às 16h07, horário de Brasília.

4. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19> (acesso em 20 de out. de 2020)

5. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/09/16/relatoria-da-onu-propoe-inquerito-internacional-contra-brasil.html> (acesso em 16 de out. 2020)

2. Política externa brasileira e a deterioração da imagem do Brasil no exterior

Diante dessa conjuntura, a política externa de Jair Bolsonaro não tem contribuído para uma melhora da imagem do Brasil no exterior. Tradicionalmente, a busca pelo protagonismo, a defesa dos mecanismos de ação multilaterais e o papel na construção de consensos eram marcas indeléveis da política externa brasileira. Porém, o governo de Bolsonaro tem conduzido as relações exteriores para um caminho oposto – caracterizado pelo populismo e pela influência de grupos religiosos e ideológicos.

A vontade do presidente de se distanciar dos governos petistas também se faz evidente no rompimento com o legado multilateral, que por décadas foi símbolo da atuação brasileira e foi intensificado pelos governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff. Com Ernesto Araújo na direção do Ministério das Relações Exteriores, a atual política externa tem adotado posturas fortemente conservadoras que acabam por colocar o Brasil ao lado de países extremistas ou isolá-lo em discussões internacionais.

Intrinsecamente ligadas, as políticas interna e externa têm causado danos à imagem internacional do país, principalmente devido à crise política e má gestão da pandemia pelo governo brasileiro. Antes da administração de Bolsonaro, o Brasil era visto como um país mediador e consolidador de normas, tendo como exemplo desse reconhecimento internacional o lugar de destaque na Assembleia Geral da Nações Unidas como primeira delegação a discursar. Apesar de ainda ocupar esses espaços, os últimos posicionamentos brasileiros não têm correspondido com o papel histórico que cumpria na política internacional.

Durante a pandemia, as posturas brasileiras em relação às organizações internacionais se radicalizaram. Diante da recusa às recomendações da OMS, o Brasil – antes tido como um líder global na área da saúde – teve sua imagem manchada. O legado construído em torno da emblemática atuação na quebra de patentes dos medicamentos do HIV e o próprio Sistema Único de Saúde, referência no mundo, é substituído pelo papel de pária sanitário. Como consequência disso, vemos um maior insulamento do país nas instituições. Por duas vezes⁶, a OMS não convidou o Brasil para participar de conferências sobre medidas de combate ao coronavírus, o que demonstra a falta de credibilidade que o país adquiriu.

Diante desse cenário, outro ponto importante e que se faz presente na atual gestão é o alinhamento automático com o governo dos Estados Unidos. De forma inédita, o governo priorizou um “relacionamento especial” com o presidente Donald Trump, figura admirada pessoalmente pelo chanceler, Bolsonaro e sua base ideológica. O alinhamento com Trump já levou o Brasil a fazer diversas concessões, como abrir mão do tratamento diferenciado na Organização Mundial do Comércio, colocar fim à exigência de visto para norte-americanos, permitir o lançamento de foguetes na base de Alcântara e abandonar a condenação do embargo econômico a Cuba na ONU⁷.

6. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/04/24/sem-brasil-oms-faz-mega-evento-com-lideres-mundiais-e-rebate-bolsonaro.htm> e <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/06/bolsonaro-nao-foi-convidado-para-a-principal-cupula-da-oms.htm> (acesso em 12 de out. de 2020)

7. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50760533> (acesso em 15 de out. de 2020)

Em contrapartida, os norte-americanos frustraram muitas expectativas brasileiras, dentre elas, a ausência de apoio à candidatura do Brasil para entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Com as eleições nos Estados Unidos, esse apoio incondicional de Bolsonaro ao governo de Trump se torna arriscado, tendo em vista que o resultado da eleição pode alterar os rumos do relacionamento entre os países e frustrar ainda mais outros interesses.

No que tange a pandemia, a relação afetiva entre os governos de Bolsonaro e de Trump teve efeitos diretos na gestão brasileira da crise. Os Estados Unidos não tomaram liderança no combate ao vírus, diminuíram a gravidade da pandemia e se recusaram a fortalecer organizações multilaterais – inclusive suspendendo o financiamento do país para a OMS⁸. Além disso, com o objetivo de acirrar ainda mais as tensões com a China, o presidente Trump propositalmente chamou o novo coronavírus de “vírus chinês”. Na esteira dessas ações, atitudes semelhantes foram vistas do lado brasileiro. Uma crise diplomática com a China, por exemplo, foi deflagrada através de declarações feitas pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro⁹ e pelo então Ministro da Educação Abraham Weintraub¹⁰, que foram às redes sociais responsabilizar o país pela disseminação do vírus.

Outro exemplo de espelhamento do comportamento norte-americano é a promoção da clo- roquina e hidroxiclороquina para a prevenção da COVID-19. Como Trump inicialmente promoveu seu uso, Bolsonaro adotou a mesma postura anticientífica, chegando a mostrar uma caixa de remédio em reunião do G-20 em março e divulgando seu uso de maneira leviana entre seus apoiadores. Devido a esse comportamento subserviente para com as ações norte-americanas, pode-se questionar se o Brasil teria agido de forma diferente caso os Estados Unidos tivessem conduzido o combate ao coronavírus de maneira mais responsável.

Apesar de ter minimizado a gravidade da pandemia por diversas vezes¹¹, Donald Trump voltou atrás em algumas declarações, demonstrando um pouco mais de moderação. Bolsonaro, por sua vez, se comprometeu com o negacionismo, fugindo de sua responsabilidade como líder do Executivo de coordenar ações com as unidades federativas e camuflando seu descaso com as medidas de segurança ao se dizer preocupado com a crise econômica que viria caso o país “parasse”. As atitudes do presidente de politização dos assuntos afetos à pandemia custaram a saída de dois Ministros da Saúde, Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich, além de incitar a crise política interna.

Em mais um exemplo de deterioração de sua imagem no exterior, o Brasil passou a integrar o seleto grupo de países cujos líderes negam a seriedade do coronavírus, como Aleksandr Lukashenko da Bielorrússia, Gurbanguly Berdimuhamedow do Turcomenistão e Daniel Ortega da Nicarágua¹². Nomeada “Aliança dos Avestruzes” pelo professor da Fundação Getúlio Vargas Oliver Stuenkel, outra característica comum de seus membros é o autoritarismo – declarado ou

8. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/noticia/2020/04/16/o-que-significa-a-suspensao-do-financiamento-dos-eua-para-a-oms-e-para-trump.ghtml> (acesso em 17 de out. de 2020)

9. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.html> (acesso em 17 de out. de 2020)

10. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52193435> (acesso em 17 de out. de 2020)

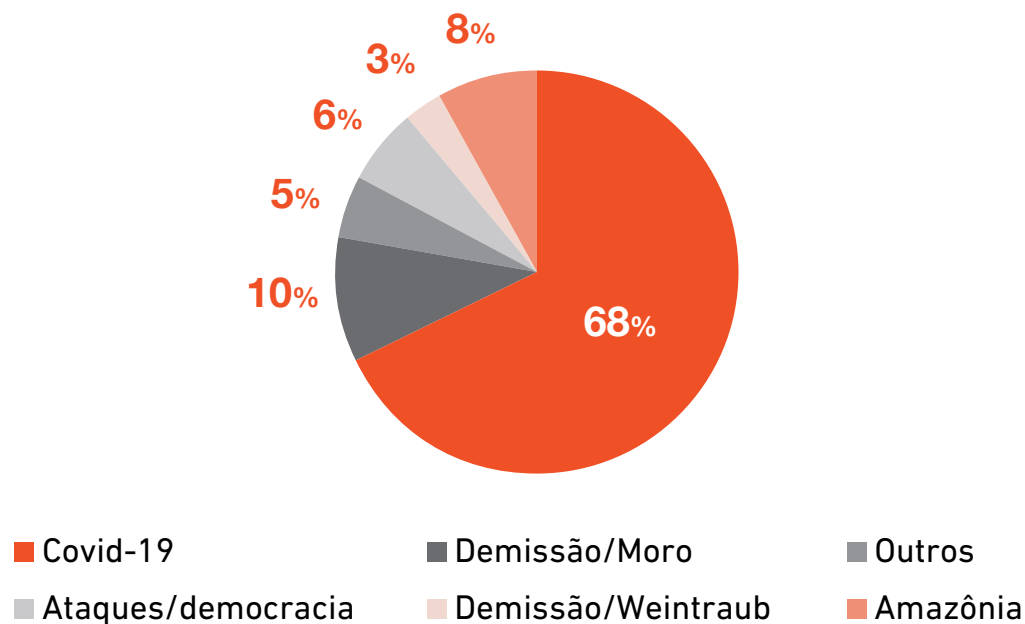
11. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/09/09/trump-sabia-da-gravidade-da-COVID-19-mas-decidiu-minimizar-os-riscos-publicamente-diz-livro.ghtml> (acesso em 17 de out. de 2020)

12. Disponível em : <https://www.ft.com/content/974dc9d2-77c1-4381-adcd-2f755333a36b> (acesso em 5 de out. de 2020)

não. Desde que assumiu o cargo, Bolsonaro faz aceno a movimentos anti-democráticos e de extrema direita, sendo que em meio a pandemia participou de protestos que clamavam por medidas inconstitucionais como o fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional.

É evidente como a imagem e a reputação do Brasil durante a pandemia têm ficado cada vez mais degradadas. Em 2019, a questão ambiental e o desmatamento na Amazônia eram os grandes destaques negativos na imprensa internacional. Apesar de as violações ambientais continuarem sendo assuntos agravantes para a imagem brasileira em 2020, a pandemia assume atualmente o centro das atenções. A consultoria Curado & Associados realizou um estudo sobre a imagem internacional do Brasil de acordo com a cobertura de sete noticiários internacionais e constatou que o tema da COVID-19 contabilizou 68% de toda a cobertura negativa do Brasil no segundo trimestre do ano, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1: Participação dos temas com projeção negativa



Fonte: Curado, Couto e Gutierrez (2020)

Se Bolsonaro temia os efeitos de uma crise econômica caso o país fosse paralisado em função das medidas de isolamento social, os efeitos da má gestão da pandemia e a crise de imagem brasileira – combinadas com as questões ambientais – contribuem para uma fuga de investidores, que não confiam na estabilidade do país para alocarem seus investimentos aqui. Olga Curado, sócia-fundadora da consultoria, é taxativa: “É a péssima imagem destruindo relações e patrimônio do povo brasileiro”.

Apesar de não haver uma estimativa para a duração e extensão do contágio, as consequências deixadas para o Brasil no pós-pandemia são cada vez mais evidentes. A gestão irresponsável de Bolsonaro, as violações internas de direitos humanos e seu relacionamento conflituoso com as instituições domésticas e multilaterais, não só mostraram as fragilidades existentes do atual governo em lidar com a crise no país, mas a fraca agenda política que em nada agrega aos interesses nacio-

nais. Com o vazio deixado pela morte de mais de cento e sessenta mil brasileiros percebemos que a tradicional imagem que o Brasil possuía internacionalmente, hoje é percebida pela ausência dos valores que outrora foram parte de uma narrativa amplamente difundida e respeitada.

Referências Bibliográficas

ALBUQUERQUE, Marianna; SANTOS, Leandro Wolpert dos. A pandemia de Covid-19 nas políticas doméstica e externa do Brasil: disputa entre poderes institucionais, alinhamento aos EUA e isolamento internacional. Boletim OPSA: A Pandemia de COVID-19 na América do Sul, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 19-32, abr. 2020. Trimestral.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. RESOLUÇÃO 1/2020: Pandemia e Direitos Humanos nas Américas. Washington: Organização dos Estados Americanos, 2020. 19 p.

CURADO, Olga; COUTO, Emerson; GUTIERREZ, Juliana. Estudo Brasil Imagem Internacional 2º Trimestre 2020: imagem do governo Bolsonaro no exterior é de crise ética e falência da gestão. [S.l.]: Curado & Associados, 2020. Disponível em: <https://documentcloud.adobe.com/link/track?uri=urn:aaid:scds:US:f5338046-7684-4de0-8660-b4cbf138c2db>. Acesso em: 20 out. 2020.

DIREITOS NA PANDEMIA. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, v. 01, 08 jul. 2020. Quinzenal.

DIREITOS NA PANDEMIA. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, v. 04, 27 ago. 2020. Quinzenal.

LIMA, Maria Regina Soares de; ALBUQUERQUE, Marianna. Uma Tragédia Anunciada. Boletim OPSA: A Pandemia de COVID-19 na América do Sul, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 19-32, abr. 2020. Trimestral.

O Programa de Auxílio Emergencial: concepção, execução e impacto

João Otávio F. B. Cadore e Ricardo C. Pechansky

1. Introdução

A pandemia originada pelo novo coronavírus trouxe consigo inúmeros desafios à sociedade contemporânea, alguns muito além da questão sanitária. Desde o início da sua disseminação no Brasil, como em outros países afetados pela expectativa de paralisação de suas economias, uma das questões centrais no debate nacional foi a atuação do Estado frente à perspectiva de milhões de pessoas que viriam a ser impedidos de trabalhar e/ou teriam sua renda familiar abalada pela pandemia e medidas de isolamento. Essa tensão era acentuada pela realidade brasileira, que já contava em 2018 com 46% de sua força de trabalho no setor informal (OIT, 2018). Deste desafio originou-se a discussão sobre políticas públicas de auxílio emergencial com dimensões sem precedentes, que geraram o maior programa de distribuição direta de renda da história do Brasil.

O curso de implementação de uma política pública tão ambiciosa, entretanto, mostrou-se complexo e pouco linear. Com desafios políticos, sociais e da própria crise econômica pré-existente e crescimento quase nulo, foi possível observar que, do decreto de Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional em 04 de fevereiro de 2020, até a disponibilização dos recursos em 07 de abril, muito ocorreu. Meses após implementado, o programa permanece como um dos principais temas do debate político-econômico nacional, tendo sido já marcado por três fases diferentes: a proposta inicial de 3 parcelas mensais do auxílio de R\$600 a R\$1200; a extensão desses valores por mais 2 meses; e a parcela atual de 4 meses com valores mensais de R\$300 a R\$600.

Este artigo irá apresentar e interpretar o processo de concepção, execução e impacto do Programa de Auxílio Emergencial (PAE). Buscar-se-á expor todos os percursos que permitiram que R\$ 600,00 estivessem disponíveis, ou não, à população beneficiária, para, em seguida, avaliar o impacto socioeconômico desta política, contextualizando-o com outros países latino-americanos - Argentina, Colômbia e México - e europeus. Dados como seu impacto na renda dos beneficiados, no orçamento federal e no Produto Interno Bruto (PIB) serão analisados para tentar compreender sua relevância dentro do contexto atual e futuro e permitir apresentar conclusões e perspectivas para o programa.

2. Início da pandemia e concepção do programa

Com origem em Wuhan, indícios preliminares da proliferação do novo coronavírus já podiam ser vistos desde o fim de 2019, com a expansão progressiva do contágio dentro da China e para outros países, alertando uma situação mais complexa do que percebida inicialmente (OMS, 2020).

Em 30 de janeiro de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que considerava naquele momento o surto do novo coronavírus como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (PHEIC)¹, contando então com apenas 98 casos registrados da doença em 18 países fora da China, sem mortes internacionais registradas ainda e nenhum caso confirmado no Brasil (WHO, 2020).

Seguindo o exemplo da OMS, em 04 de fevereiro é publicado em sessão extra do Diário Oficial da União (DOU) uma portaria declarando Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)², em decorrência dos crescentes níveis de infecção do coronavírus no mundo (BRASIL, 2020a). Em 26 de fevereiro, o Ministério da Saúde confirmou enfim o primeiro caso de coronavírus no Brasil. Sua contaminação foi bastante desigual entre diferentes regiões. Na América Latina, a marca de 100 casos ativos confirmados da doença foi ultrapassada pelo Brasil em 19 de março, pelo México e Argentina em 26 de março e Colômbia em 02 de abril (OMS, 2020).

Desde o início das discussões sobre o impacto da pandemia dentro da sociedade brasileira, bem como das possíveis ferramentas para seu controle, o tema de um auxílio emergencial para as classes mais vulneráveis começou a ganhar apoio e centralidade no debate público. De um lado, seus apoiadores pregavam a necessidade de auxílio da população afetada e facilitação do isolamento, enquanto seus críticos ponderavam o impacto no orçamento federal, já deficitário, bem como desincentivo em retomar a economia em patamares normais.

A primeira medida concreta para criação do programa foi publicada no DOU em 20 de março, reconhecendo o Estado de Calamidade Pública em decorrência da pandemia do novo coronavírus. Dentre outros pontos, o decreto isenta o Governo Federal da necessidade de atingimento dos resultados fiscais dispostos no artigo 2º da Lei Orçamentária Anual (LOA) e protege-o de possíveis processos de impeachment decorrentes do não comprometimento dos resultados (BRASIL, 2020b). Essa medida era essencial para concepção de qualquer medida econômica de maior escala.

Em 26 de março, o Ministério da Economia anunciou a intenção de pagar um auxílio de R\$ 200,00 para trabalhadores informais e autônomos pelo período de 03 meses. O auxílio, que encontrava inicialmente bastante resistência no Executivo, dada sua preocupação fiscal, tornava-se inevitável, conforme cada vez mais estados e municípios declaravam restrições para circulação de pessoas e trabalhadores ficavam impossibilitados de exercer suas atividades (MILITÃO & TEMÓTEO, 2020).

No mesmo dia, momentos antes da votação, o Presidente da Câmara de Deputados Rodrigo Maia anuncia que os parlamentares pretendem votar um auxílio de R\$ 500,00 para trabalhadores sem carteira assinada e beneficiários do Bolsa Família, ultrapassando significativamente o valor sugerido pelo Ministério da Economia. Percebendo a inevitabilidade da aprovação, o Presidente Jair Bolsonaro anuncia que o Governo Federal estava disposto a arcar com o valor de R\$ 600,00 (MAZIEIRO, 2020a). Essa mudança repentina é creditada pela percepção do Governo Federal de

1. PHEIC é o maior nível de alarme definido pela OMS, caracterizado como um evento de extraordinário risco à saúde e com necessidade de coordenação internacional (OMS, 2005).

2. ESPIN é o equivalente nacional para o PHEIC, definido como uma situação de urgência de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos à saúde pública (PLANALTO, 2011).

uma provável derrota no Congresso, sendo o aumento uma tentativa de capitalizar algum crédito por uma política pública que tenderia a ser muito bem avaliada pela população beneficiada.

Com o acordo, a Câmara dos Deputados aprovou no mesmo dia o Projeto de Lei (PL) 9236/2017, adaptação de um projeto antigo do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), para criação do PAE com valor de R\$ 600,00 para trabalhadores maiores de 18 anos, sem emprego formal e com renda familiar inferior a 03 salários mínimos ou R\$ 519,00 por pessoa. O projeto também previa auxílio de até R\$ 1.200 por família e/ou para mães solteiras. A votação simbólica teve parecer favorável de todos os partidos (MAZIEIRO, 2020b).

Após a passagem pela Câmara, o Senado Federal aprovou, também de forma virtual e unânime, a versão original do projeto (PL 1066/2020 no Senado) em 30 de março. Diversas demandas foram colocadas por senadores para ampliação do auxílio a algumas categorias então ainda não atendidas. Os parlamentares concordaram, entretanto, que as alterações deveriam constar em um futuro texto complementar, a fim de não atrapalhar e atrasar o fluxo de tramitação. Assim, o texto seguiu na íntegra para a sanção presidencial (SENADO, 2020a).

No dia 07 de abril, o Presidente sanciona a Lei 13.982 que dispõe dos parâmetros adicionais para caracterização de situação de vulnerabilidade social para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da pandemia e edita a Medida Provisória (MP) 937 para liberação de crédito extraordinário no valor de R\$ 98 bilhões (BRASIL, 2020d).

Algumas das demandas presentes no Senado foram reunidas no PL 873/2020 do Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) que propunha modificações na Lei 13.982, mais notadamente para ampliação dos benefícios aos inscritos no Bolsa Família e cadastrados no Cadastro Único, beneficiando principalmente trabalhadores informais não amparados anteriormente. No dia 14 de maio é sancionada a Lei 13.988, originada do projeto do senador, com vetos presidenciais parciais nos artigos referentes a definição de incapaz e possibilidade de cumulatividade do auxílio com outros benefícios (SENADO, 2020b).

3. Execução e impacto

Para além da crise econômica que o Brasil já enfrentava antes da pandemia, a necessidade do PAE se acentua com a maior vulnerabilidade socioeconômica do país e participação significativa do setor informal apontada anteriormente. Ainda que essa proporção esteja abaixo da média latinoamericana, ela se mostra significativamente vulnerável se comparado a regiões desenvolvidas (América do Norte, 18,1%; Europa do Sul, Norte e Ocidental: 14,3%). Isso se traduz em uma parcela da população que, para além de menos recursos para se proteger contra o vírus, possui pouco ou nenhum acesso a proteções sociais ligadas, por exemplo, ao desemprego (OIT, 2018).

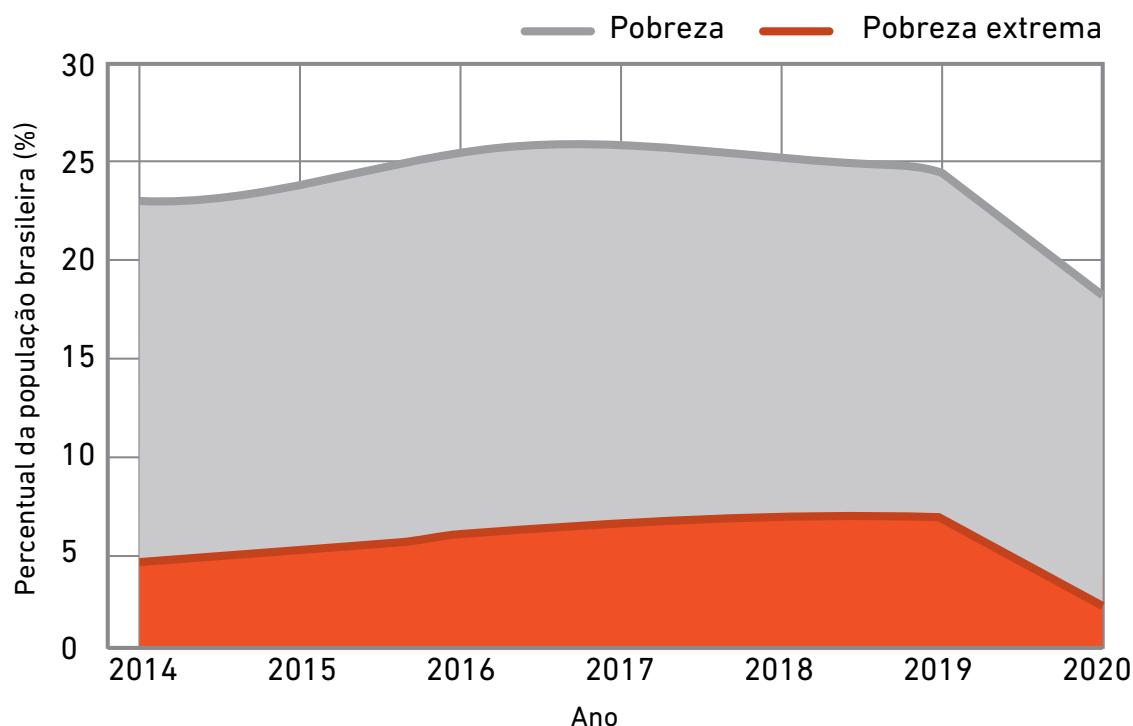
A concepção do programa se dirigia sobretudo a essa população com forte insegurança econômica, frente a previsões de uma nova massa de aproximadamente 7,2 milhões de brasi-

leiros que entrariam na pobreza³ em 2020 se não houvesse medidas de mitigação da crise (BM, 2020). Nesse sentido, os critérios do programa, bem como sua operacionalização logística⁴, permitiram uma cobertura bem orientada a essa população em vulnerabilidade. De acordo com o estudo de Costa e Freire (2020) do impacto do PAE nos municípios brasileiros, para cada 7,1% de queda no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ou aumento de 1,26% na população vulnerável à pobreza no município, havia um aumento de 1% na proporção do PAE no PIB. Ou seja, é uma política pública de caráter progressivo.

Efetivamente, o programa significa, para as famílias beneficiárias do Bolsa Família, como grupos de menor renda, um aumento temporário da renda. O impacto do PAE significou não só um contrabalanço na tendência ao aumento da pobreza resultante da crise, como um impacto positivo sobre a renda anual dos 40% mais pobres (BM, 2020). Assim, os meses finais do programa adiam uma transição brusca para uma renda potencialmente muito baixa, dependendo apenas do trabalho em setores particularmente vulneráveis à pandemia, cujas condições envolvem riscos de contaminação da doença e cuja demanda segue abalada.

Dessa forma, entendendo-se o caráter temporário do PAE, a adaptação dos 40% mais pobres no atual contexto da economia brasileira ainda em crise e sem PAE significará, por sua vez, uma renda aproximadamente 26% menor aos níveis pré crise sanitária. A precariedade social, portanto, segue como um problema estrutural cujas vulnerabilidades resultantes o PAE amortiza, mas não resolve (BM, 2020).

Gráfico 1: Evolução das taxas de pobreza e de extrema pobreza no Brasil



Fonte: Duque (2020), IBGE (2020); elaboração própria.

Números de 2020 correspondentes às taxas de agosto 2020.

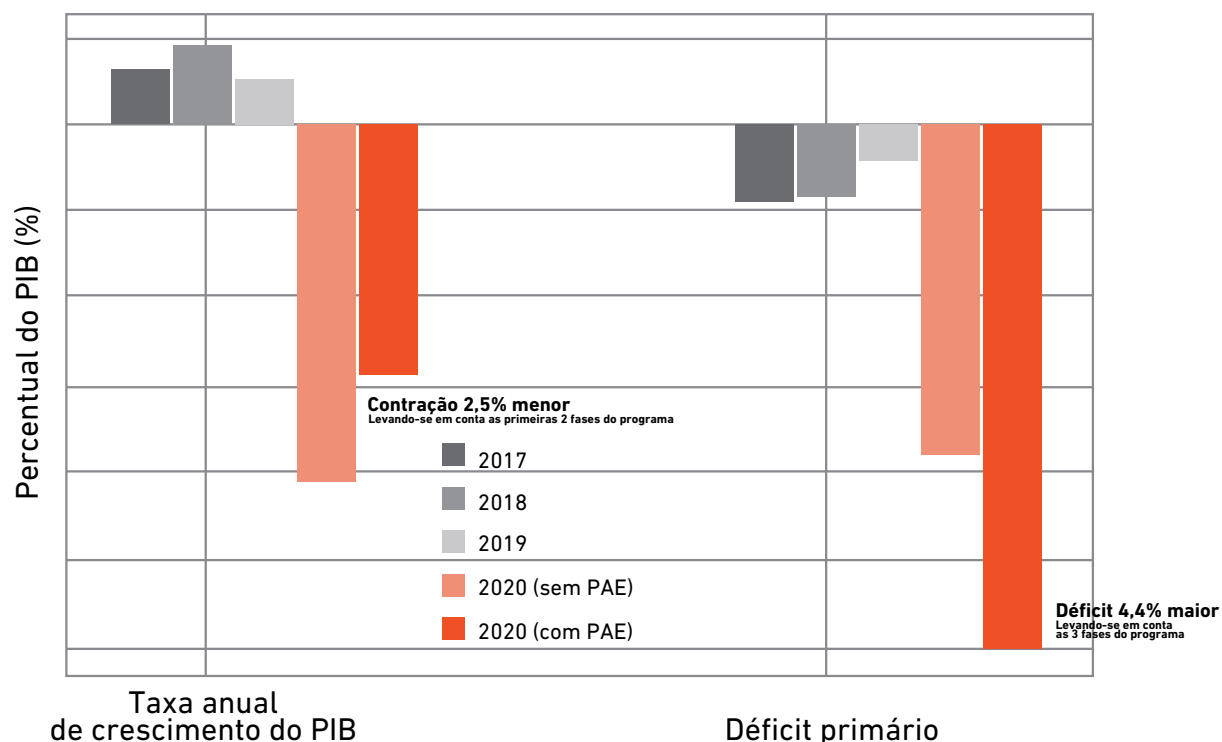
3. Tendo-se como definição da linha de pobreza a renda de US\$5,50 por dia (PPP).

4. O PAE conta com três meios de chegar à sua população-alvo, que preenche os pré-requisitos para acesso à remessa: usuários já cadastrados no Bolsa Família; usuários do Cadastro Único que não são contemplados pelo Bolsa Família; e solicitações por aplicativo.

O PAE também cumpre um papel contracíclico importante ao sustentar a demanda das camadas mais vulneráveis da população brasileira. O impacto médio das primeiras 5 parcelas de R\$600 do programa está estimado em 2,5% do PIB, com uma grande variação geográfica de impacto: em proporção ao PIB nominal dos estados, o Nordeste é o grande beneficiário, com um impacto local de 6,5%; São Paulo, mesmo sendo o estado com mais recebedores do PAE, vê um impacto de apenas 1,3%, dado o tamanho da sua economia.

As três fases do programa terão atingido mais de 70 milhões de pessoas sob um custo de mais de R\$320 bilhões, o que equivale a 4,4% do PIB nominal brasileiro (COSTA E FREIRE, 2020; BRASIL, 2020d). O impacto fiscal será um dos maiores dentro dos pacotes de medidas para a mitigação da crise, que preveem um déficit primário em 2020 de 12% do PIB, o que configurará o maior rombo das contas públicas da série histórica, iniciada em 1997. Dessa forma, a dívida pública brasileira, necessária para financiar medidas como o PAE, aumentará de 75,8% em 2019 para 93% em 2020, com a contração no PIB brasileiro em 2020 estimada em 5,8% (BM, 2020; FMI, 2020).

Gráfico 2: Evolução da taxa de crescimento do PIB e do déficit primário no Brasil



Fonte: FMI (2020), Costa e Freire (2020), Brasil (2020); elaboração própria.

Contudo, ao comparar-se com o contexto global, pode-se afirmar que a contração econômica brasileira de 5,8% do PIB é relativamente baixa, sobretudo ao lado da maior parte das economias europeias e de outras grandes economias latinoamericanas como Colômbia (queda prevista de 8,2%), Argentina (11,8%) e México (9%). Dois grandes fatores podem ser destacados por trás deste fenômeno.

Primeiramente, o Brasil não teve nenhuma medida próxima ao confinamento generalizado que países europeus e latino-americanos promoveram, predominando no Governo Federal uma maior tolerância às consequências da pandemia sobre a saúde pública em prol de um discurso que al-

mejava evitar maiores desgastes econômicos. O segundo fator foi o impacto de medidas de resgate econômico como o PAE. Em comparação às outras grandes economias latino-americanas, apenas a Argentina, cujo confinamento foi um dos mais longos da pandemia, apresentou efeitos compensatórios sobre o PIB mais fortes com seu programa de assistência. A Colômbia, por outro lado, executou um programa menos ambicioso em escopo e volume da renda transferida; o México não apresentou um programa de transferência de renda no contexto da crise sanitária (FMI, 2020; LUSTIG et al., 2020).

Ainda assim, cabe enfatizar que as estimativas para o Brasil seguem sujeitas a grandes incertezas sobre o futuro da epidemia, entre as quais a evolução epidemiológica e do PAE possui papel central.

4. Considerações e perspectivas

Difundido dentro do cenário político nacional, intensificado pelas eleições municipais e pelo seu claro impacto na vida dos beneficiados, o Programa de Auxílio Emergencial consolidou seu lugar de destaque no debate brasileiro. O diálogo gerado sobre o tema entre posições políticas bastante distintas transformou essa pauta, que anteriormente era restrita principalmente à esquerda e alguns setores liberais, em um programa muito mais amplo.

A discussão agora concentra-se no cenário posterior à última parcela do auxílio, prevista para dezembro. Com grande perspectiva de uma recessão econômica grave posterior a pandemia, muito se fala do papel de programas como o PAE nessa nova conjuntura dado a importância que teve até o momento. Compreendendo que a retirada imediata e completa do auxílio poderia ter impactos catastróficos para a economia e a vida dos beneficiados, que não teriam recuperado ainda sua capacidade de sustento, frentes estão sendo formadas para analisar a possibilidade da extensão do programa ou até mesmo transformação em política permanente.

O maior ponto a ser superado nessa questão é a situação fiscal brasileira, que, como observamos anteriormente, já vinha de uma situação deficitária, intensificada significativamente este ano. Com isso, a discussão sobre o auxílio torna-se mais complexa e transversal no que tange às contas públicas, gerando quase que uma relação causal entre sua implementação e a necessidade de aprovação de reformas como a Tributária, Administrativa e do Pacto Federativo. Dada a dificuldade de consenso sobre o tema em nível federal, alguns estados e municípios já buscam se organizar em políticas similares, em escalas bem menores. Na prática, a perspectiva quanto ao futuro do auxílio é tão incerta quanto os impactos da pandemia que o originou.

Referências

AMARAL, Luciana. Senado aprova auxílio de R\$ 600 por três meses a trabalhadores sem carteira. Uol. Brasília, p. 1. 30 de mar. de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/30/senado-aprova-auxilio-de-r-600-a-trabalhadores-informais-por-tres-meses.htm>>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

BM. COVID-19 no Brasil: Impactos e Respostas de Políticas Públicas. 2020. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/publication/covid-19-in-brazil-impacts-policy-responses>>. Acesso em: 24 out. 2020.

BRASILa. Portaria no 188 de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, ano 158, no 24-A, 04 de fevereiro de 2020. Seção 1-EXTRA, p. 1. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=04/02/2020&jornal=600&pagina=1>>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

BRASILb. Decreto Legislativo no 6 de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, ano 158, no 55-C, 20 de março de 2020. Seção 1-EXTRA, p. 1. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-249090982>>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

BRASILc. Decreto no 10.316 de 2020. Diário Oficial da União. Brasília, ano 158, no 1, de 07 de abril de 2020. Seção EXTRA-B, p. 1. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2020/04/07>>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

BRASILd. Ministério da Economia. Impacto Fiscal de medidas de combate ao novo coronavírus alcança R\$ 605 bilhões. Brasília. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2020/setembro/impacto-fiscal-de-medidas-de-combate-ao-novo-coronavirus-alcanca-r-605-bilhoes>>. Acesso em: 23 out. 2020.

COSTA, E. F.; FREIRE, M. A. S. Estudo de Avaliação do Programa de Auxílio Emergencial. 2020. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

DUQUE, D. Auxílio emergencial para de crescer em agosto, e pobreza cai de novo; com redução do benefício a partir de setembro, porém, pobreza e desigualdade devem aumentar. Blog do IBRE. 25 set. 2020. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/auxilio-emergencial-para-de-crescer-em-agosto-e-pobreza-cai-de-novo-com-reducao-do-beneficio>>. Acesso em: 24 out. 2020. Acesso em: 25 de out de 2020.

FMI. World Economic Outlook, October 2020: A Long and Difficult Ascent. 2020. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/09/30/world-economic-outlook-october-2020>>. Acesso em: 23 out. 2020.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais - SIS. 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/saude/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 24 out. 2020.

LUSTIG, N. et al. The Impact of COVID-19 Lockdowns and Expanded Social Assistance on Inequality, Poverty and Mobility in Argentina, Brazil, Colombia and Mexico. 2020. Center for Global Development, Working Paper n. 556.

MAZIEIRO, Guilherme. Bolsonaro aumenta valor após fala de Maia e propõe R\$ 600,00 a trabalhadores. Uol. Brasília, p.1. 26 de mar. de 2020a. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/bolsonaro-aumenta-valor-apos-fala-de-maia-e-propoe-r-600-a-trabalhadores.htm>>. Acesso em: 25 de out de 2020.

MAZIEIRO, Guilherme. Câmara aprova auxílio de R\$ 600 a trabalhadores durante a crise da covid 19. Uol. Brasília, p. 1. 26 de mar. de 2020b. Disponível: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/camara-aprova-vale-de-r-600-a-trabalhadores-durante-crise-do-coronavirus.htm>>. Acesso em: 25 de out de 2020.

MILITÃO, Eduardo & TEMÓTEO, Antônio. Guedes afirma que o governo vai pagar R\$ 200,00 para trabalhador informal. Uol. Brasília, p. 1. 18 mar. 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/18/guedes-afirma-que-governo-vai-pagar-r-200-para-trabalhador-informal.htm>>. Acesso em: 25 de out de 2020.

OCDE. Latin American Economic Outlook 2020. 2020. Disponível em: <<http://www.oecd.org/publications/latin-american-economic-outlook-20725140.htm>>. Acesso em: 22 out. 2020.

OIT. Women and men in the informal economy: a statistical picture. 2018. Disponível em: <https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/documents/publication/wcms_626831.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

OMS. Time line WHO's COVID response. Genebra. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/interactive-timeline?gclid=Cj0KCQjw7sz6BR-DYARIsAPHZrNLMWEIwxtF4GjuKNk3jooq5JkXvvXBSuNYPUBZhC_O35CPMWph43glaAvt3E-ALw_wcB#!>. Acesso em: 25 de out de 2020.

OMS. Procedures. Genebra, 2005. Disponível em: <<https://www.who.int/ihr/procedures/pheic/en/>>. Acesso em: 25 de ou. De 2020.

SENADOb. Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei 873 de 2020. Brasília, 15 de abr. de 2020. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8111634&t-s=1602197137174&disposition=inline>>. Acesso em: 25 de out de 2020.

Sobre os/as autores/autoras

Alícia Wiedemann é licenciada em Direito, com ênfase em Direito Penal, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2016) e Mestre em Crime, Diferença e Desigualdade (2019) pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Foi investigadora do Projeto Exchange, no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho (2018-2019). Atualmente é técnica de prevenção primária de violência de gênero em escolas no Projeto ART'THEMIS+, da UMAR, Portugal. Seus interesses de pesquisa centram-se, sobretudo, em gênero e grupos socialmente vulnerabilizados por estruturas hegemônicas de poder.

Heloisa Gama dedica a vida profissional aos temas de escravidão contemporânea, trabalho infantil, tráfico de pessoas, fenômeno migratório e gênero. É cofundadora do Instituto MiGRa – Migração, Gênero e Raça, e pesquisadora no Centro de Pesquisa em Escravidão Contemporânea, do BRICS Policy Center (PUC-Rio). Possui assento no Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Erradicação de Trabalho Escravo do Rio de Janeiro (NETP/COETRAE-RJ). Academicamente, possui Mestrado Profissional em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pelo MAPI (PUC-Rio) e faz pós graduação em Direito Internacional Aplicado, pela Escola Brasileira de Direito Internacional (EBRADI).

João Otávio Figueiredo Bueno Cadore é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é mestrando em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e realiza um estágio na Organização Internacional para as Migrações (OIM), em Brasília, Brasil, centrado na temática de projetos de cooperação. Suas principais áreas de estudo são inovação em políticas públicas, migrações, política comparada e política doméstica.

Laura de Paula Dias é graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio (2016), com ênfase em Estado e Sociedade e Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela mesma Instituição (2020). Atualmente trabalha na área de Projetos Internacionais. Seus principais interesses são voltados para o Direito Internacional dos Direitos Humanos, em especial temáticas de acesso e garantia de direitos.

Lucas Moretzsohn é jornalista formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e aluno do Mestrado Profissional de Análise e Gestão de Políticas Internacionais, na mesma instituição. Com passagem por veículos como O Globo, GloboNews e TV Globo, concentra-se na cobertura jornalística de assuntos internacionais e econômicos há cinco anos e na pesquisa acadêmica a respeito de temas como direitos humanos e política internacional.

Nina Bouqvar é mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio. Bacharel em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Pesquisa nas áreas de democracia, diversidade, justiça, cultura pop e política internacional e nacional.

Pedro Steenhagen é pesquisador do Núcleo de Estudos Brasil-China e Assistente de Ensino da FGV Direito Rio. Pesquisador Visitante do Centro de Estudos Asiáticos do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro. Joint Research Fellow da 西南科技大学 – Southwest University of Science and Technology. Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio). Especialista em Relações Internacionais pelo Clio Internacional/Faculdade Damásio. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FND/UFRJ).

Ricardo Chiapin Pechansky é Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é mestrando em Economia Internacional pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne e realiza um estágio na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em Paris, França, centrado na temática de produtividade e inovação. Suas principais áreas de estudo são macroeconomia do desenvolvimento, economia política internacional e análise de políticas públicas.

Vitoria Kavanami é mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento pela PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Pesquisa nas áreas de assistência humanitária, segurança e política internacional”.

Yasmin Paes é mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio. Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisa nas áreas de política externa brasileira, política internacional e operações de paz.

Sobre as editoras

Liz Cosmelli - é internacionalista e feminista. Mestra em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (MAPI) pela PUC-RIO. Pesquisadora de gênero, política e estudos feministas nas relações internacionais. Bolsista do Centro de Relações Internacionais e Saúde (CRIS) da Fiocruz. Organizadora do Especial “Feminismos Transnacionais” do Le Monde Diplomatique Brasil. Integrou a pesquisa sobre normas sociais e exploração sexual infantil em três comunidades no Rio de Janeiro através do Instituto Promundo. Representante do Instituto Promundo no Fórum regional para a prevenção do Casamento na Infância e Adolescência na Guatemala e no Encuentro Regional #Juventudes 2030: Desafíos y oportunidades para las políticas públicas de juventud en Iberoamérica. na Colômbia. Graduada em Relações Internacionais (Bacharelado) pelo IBMEC-RJ. E-mail: liz_carvalho22@hotmail.com

Raissa Ferreira - com mestrado em Análise de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, especializada em Desenvolvimento Sustentável e Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Brasília, Raissa tem mais de 13 anos de experiência em cooperação para o desenvolvimento. Suas atividades incluem o trabalho com o Programa de Mudanças Climáticas do Ministério das Relações Exteriores do Governo Britânico no Brasil e na Agência de Cooperação do Governo Brasileiro. Desde 2014, é Diretora de Programa da Iniciativa CLUA Brasil, liderando o portfólio de políticas públicas sobre clima e florestas e direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais. Centram-se, sobretudo, em gênero e grupos socialmente vulnerabilizados por estruturas hegemônicas de poder.

Rua Dona Mariana, 63 - Botafogo - Rio de Janeiro / RJ - Brasil
Telefone: (+55 21) 2535-0447 / CEP: 22280-020
www.bricspolicycenter.org / bpc@bricspolicycenter.org

